



Santa Casa da Misericórdia de Vila de Rei

RELATÓRIO DE GESTÃO, DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E ANEXO DE 2023



Índice

1.	Apresentação.....	2
2.	Órgãos Sociais.....	3
3.	Enquadramento.....	4
4.	Áreas de Intervenção	6
4.1.	Estrutura Residencial para Pessoas Idosas.....	6
4.2.	Serviço de Apoio Domiciliário	6
4.3.	Unidade de Cuidados Continuados Integrados Rainha D. Leonor	7
4.4.	Creche e Jardim de Infância “Os Patuscos”	8
4.5.	Programa de Emergência Social	11
4.6.	Serviços Transversais.....	11
5.	Relatório do Plano de Ação 2023	14
6.	Política de Gestão de Riscos	28
7.	Apreciação e Considerações Finais	29
8.	Demonstrações Financeiras	31
9.	Anexo (às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2023).....	36
10.	Proposta da Mesa Administrativa à Assembleia Geral	66
11.	Certificação Legal das Contas 2023	
12.	Parecer do Definitório	



1. APRESENTAÇÃO

A Santa Casa da Misericórdia de Vila de Rei localiza-se no concelho de Vila de Rei, no distrito de Castelo Branco e integra a NUTS III do Médio Tejo, desenvolvendo até à data, respostas sociais na área da Terceira Idade, da saúde e da Educação.

A Santa Casa da Misericórdia de Vila de Rei (SCMVR) integra diversos equipamentos designadamente a ERPI de Santo António, ERPI Casa do Idoso, ERPI Centro Geriátrico Nossa Senhora da Esperança, Serviço de Apoio Domiciliário, Cantina Social, Unidade de Cuidados Continuados Integrados Rainha D. Leonor e Creche e Jardim de Infância “Os Patuscos”. Todos os equipamentos mencionados funcionam com recurso a serviços de suporte nomeadamente administrativos, lavandaria, externos, cozinha e serviços religiosos. Existe ainda um conjunto de prestação de serviços que visam garantir a todos o acesso a um conjunto de bens e serviços de forma a proporcionar uma melhor qualidade de vida aos utentes/clientes bem como aos colaboradores da Instituição.



2. ÓRGÃOS SOCIAIS

Mesa da Assembleia-Geral

Presidente

Carlos Manuel da Silva Nunes

Vice-Presidente

Manuel António Domingos

1º Secretário

Alberto Galego Joaquim

Mesa Administrativa

Provedora

Maria da Conceição Barata Joaquim

Vice-Provedora

Maria Celeste Leitão Rodrigues da Costa

Secretária

Fernanda Maria Gaspar Matias

Tesoureira

Helena Manuela da Silva Ribeiro da Cruz

Conselho Fiscal ou Definitório

Presidente

João Alvares Barroso de Moura Campino

Vice-Presidente

Rui Manuel Rosa Garcia

Secretário

Casimiro Marçal Vicente



3. ENQUADRAMENTO

A Mesa Administrativa, no cumprimento do imperativo legal e estatutário, apresenta o relatório de gestão referente ao ano de 2023 aos Irmãos da Assembleia Geral da Santa Casa da Misericórdia de Vila de Rei (SCMVR).

A Irmandade da SCMVR, instituída no ano de 1581, é uma Associação de fiéis, com personalidade jurídica canónica, cujo fim é a prática das Catorze Obras de Misericórdia, tanto corporais como espirituais, visando o serviço e apoio com solidariedade a todos os que precisam, bem como a realização de atos de culto católico, de harmonia com o seu espírito tradicional e pelos princípios do humanismo e da doutrina e moral cristãs.

Ao longo do ano, a Santa Casa da Misericórdia de Vila de Rei observou, na sua gestão, o seguinte conjunto de valores e princípios:

Visão: Ser uma Instituição de referência a nível local, regional e nacional na promoção de respostas sociais adequadas às necessidades sentidas pelos cidadãos.

Missão: Prestar serviços de excelência ao nível da área social, da educação e da saúde promovendo a melhoria contínua, dignificando as condições de vida de todos os que necessitam, sob evocação das Obras de Misericórdia.

Valores: Equidade, Promover a todos a igualdade no acesso aos cuidados independentemente da condição social, económica ou religiosa; **Ética,** Respeito pelos valores éticos e deontológicos relativos ao exercício da atividade de modo a prestar um serviço digno; **Rigor e Transparência,** Fortalecer o rigor Institucional através de uma relação de transparência e credibilidade entre todos os intervenientes; **Qualidade e Eficiência,** Apostar na qualidade dos serviços prestados sem descuidar a eficiência e a sustentabilidade económica.

A SCMVR rege-se, sempre, por uma atitude permanente de entreatuda clara, responsável e transparente com o objetivo de promover uma relação de bem-estar e de harmonia para com os Utentes/Clientes, Colaboradores, Comunidade e Parceiros.

A Gestão da SCMVR tem desafios constantes e diários e o ano de 2023 não foi exceção. Foi um ano que continuou a ser de grande exigência, ainda porque se sentiu alguns dos efeitos da pandemia do Covid 19 mas sobretudo e lamentavelmente pela continuidade da guerra na Ucrânia e do conflito entre Israel e a Palestina, e por conseguinte levou ao aumento da inflação, ao aumento dos bens de primeira necessidade, a um aumento extraordinário dos



custos de todos os produtos, bens e serviços necessários para desenvolver toda a atividade da SCMVR. Acontecimentos que marcaram indubitavelmente a vida de todos quantos estão na Instituição, desde utentes/clientes como colaboradores e naturalmente continuou a marcar a vida coletiva, familiar e comunitária.

Foi de fato mais um ano de extrema exigência, tanto ao nível de organização, de recursos humanos como financeiro contudo e porque desde o primeiro momento que a Missão da SCMVR foi o de zelar por todos aqueles que estão à sua responsabilidade houve de forma assertiva e no devido tempo a tomada de decisões sobre a realização de candidaturas de apoio financeiro, a reorganização de serviços, a implementação das muitas medidas preventivas diligenciadas a cada momento face aos acontecimentos sociais, políticos e económicos no seio da comunidade nacional e internacional que nos permitiram chegar ao final do ano de 2023 a funcionar em pleno e com uma maior sustentabilidade financeira.

Naturalmente que todo este resultado positivo não seria possível sem a excelente equipa que edifica a SCMVR, a qual continua a cooperar e a laborar com um espírito resiliente tendo sido fundamental para a continuidade do sucesso de toda a atividade desenvolvida na e pela Instituição.

Importa salientar ainda que a SCMVR enquanto maior entidade empregadora do concelho continua a assumir um papel fulcral no desenvolvimento local, procurando dar oportunidade a todos os que pretendam com o seu trabalho e dedicação servir a causa e missão da SCMVR, bem como, dando formação aos Colaboradores para que aumentem as suas competências, contribuindo para a satisfação das suas expectativas profissionais promovendo o seu desenvolvimento pessoal e dessa forma se sintam motivados no exercício das funções que desempenham diariamente, para que a prestação dos serviços seja de excelência.



4. ÁREAS DE INTERVENÇÃO

4.1. A Estrutura Residencial para Pessoas Idosas (ERPI)

A SCMVR possui três Estruturas Residenciais para Idosos designadamente a ERPI Santo António, a ERPI Casa do Idoso e a ERPI Centro Geriátrico Nossa Senhora da Esperança.

Em cada um destes equipamentos existe alojamento coletivo, de utilização permanente, para Utentes/Clientes em situação de maior risco social, perda de independência e/ou autonomia. As ERPI'S têm como finalidade contribuir para o bem-estar e qualidade de vida do utente/cliente, proporcionando-lhe apoio nas atividades de vida diária, bem como na prevenção, sendo uma resposta para a sua situação de dependência.

No ano de 2023 as Estruturas Residenciais para Pessoas Idosas Santo António, Casa do Idoso e Centro Geriátrico Nossa Senhora da Esperança apresentaram uma taxa de ocupação igual ao total da sua capacidade, ou seja, uma taxa de ocupação de 100% (226 utentes). Importa salientar que a cada momento a Direção Geral tem continuado a providenciar estratégias e medidas que contribuíssem para a contratação de recursos humanos dado que cada vez mais é difícil contratar novos elementos fruto da interioridade onde nos encontramos designadamente na falta de transporte de e para os concelhos limítrofes e falta de habitação no concelho de Vila de Rei onde possam ficar a residir.

Continua a ser garantido e disponibilizado um conjunto de bens e serviços, desde alimentação, cuidados de higiene e conforto, tratamento de roupa, atividades de animação sociocultural, cuidados médicos e de enfermagem, administração de fármacos, serviço religioso, serviço social, fisioterapia, aulas de música, espaços de lazer de forma a promover a satisfação das necessidades dos Utentes/Clientes. Para o efeito as ERPI'S estão dotadas de equipas multidisciplinares constituídas por um conjunto de profissionais que prestam apoio diário e permanente, prestando de forma eficiente, o serviço dos cuidados prestados aos utentes/clientes.

Paralelamente, continuamos a investir na melhoria da qualidade de vida dos Utentes/Clientes, através da humanização de alguns espaços interiores e exteriores e na aquisição de equipamento.



4.2. O Serviço de Apoio Domiciliário (SAD)

O Serviço de Apoio Domiciliário (SAD) é uma resposta social que tem como finalidade a prestação de cuidados ao domicílio, de uma forma temporária ou permanente para a satisfação das necessidades básicas e/ou das atividades da vida diária dos Utentes/Clientes, respeitando a sua permanência no domicílio e evitando/retardando a sua institucionalização. Ainda tem por objetivo combater a exclusão e o isolamento social das pessoas dependentes que não possuem redes informais de suporte, ou seja, não têm família de retaguarda, e assim contribuir para uma relação de proximidade e de acompanhamento. Importa referir que no início do ano de 2023 foi uma Valência que esteve em risco na sua continuidade face aos constrangimentos financeiros que apresentava, um prejuízo acumulado dos anos anteriores. Contudo e conscientes da sua importância tanto para os nossos utentes como aquilo que representa na comunidade considerando a tipologia de serviço que presta, constituindo-se como um dos mais essenciais e fundamentais na prestação de cuidados à pessoa humana, encetou-se todos os esforços para manter a continuidade da valência em causa, tendo sido possível com o empenho e esforço de toda a equipa do SAD bem como da cooperação conjunta entre a instituição e o Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, imprescindível para dar continuidade ao SAD.

Durante o ano de 2023 o SAD apoiou um total de 48 Utentes/Clientes.

4.3. Unidade de Média Duração e Reabilitação e Unidade de Longa Duração e Manutenção (UCCI)

O Plano Nacional para a Segurança dos Doentes 2021-2026 tem por objetivo consolidar e promover a segurança na prestação de cuidados de saúde, inclusivamente no âmbito da atuação da Rede nacional de Cuidados Continuados Integrados, sem negligenciar os princípios que sustentam a área da segurança do doente, como a cultura de segurança, a comunicação, e a implementação continuada de práticas seguras em ambientes cada vez mais complexos (Despacho n.º 9390/2021 de 24 de setembro). A Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados tem por objetivos “a prestação de cuidados de saúde e de apoio social de forma continuada e integrada a pessoas que, independentemente da idade, se encontrem em situação de dependência, na sequência de episódio de doença aguda ou necessidade de prevenção de agravamentos de doença crónica.



Os Cuidados Continuados Integrados estão centrados na recuperação global da pessoa, promovendo a sua reabilitação, autonomia e melhorando a sua funcionalidade, no âmbito da situação de dependência em que se encontra, com vista à sua reintegração sociofamiliar.” (www.seg-social.pt).

A Unidade de Cuidados Continuados Integrados (UCCI) Rainha D. Leonor funciona com duas Unidades de Internamento, uma de Média Duração e outra de Longa Duração, as quais têm por objetivo prestar cuidados clínicos de reabilitação, de apoio psicossocial e cuidados integrados de reabilitação e manutenção. Para o efeito existe uma equipa multidisciplinar constituída por vários profissionais que de forma diária e permanente prestam todo o apoio necessário nas atividades da vida quotidiana aos doentes.

Tem sido uma preocupação constante da SCMVR garantir a qualidade, a segurança e o cumprimento das obrigações legais da Rede Nacional de Cuidados Continuados.

4.4. Creche e o Jardim de Infância “Os Patuscos”

A Creche e o Jardim de Infância “Os Patuscos” possuía uma capacidade global para acolher 59 crianças entre os 3 meses e os 5 anos de idade possuindo acordos com a Segurança Social para 33 crianças. Funciona de segunda a sexta-feira das 7h30m às 19h30m durante todo o ano.

Ao longo do ano de 2023 verificou-se uma frequência 38 crianças. Contudo desde o dia 30 de junho de 2023 a valência de Jardim de Infância foi encerrada passando a ter um total de crianças em creche de 24 crianças (dados reportados a 31 de dezembro de 2023). Uma das decisões mais difíceis a ser tomada pelos órgãos de gestão, contudo inevitável. Tal como mencionado no relatório de gestão de 2022 houve necessidade durante o ano 2023 avaliar e monitorizar a continuidade daquela valência, tendo-se confirmado lamentavelmente o seu encerramento consequência direta de uma redução acentuada do número de crianças uma vez que existe a mesma resposta de forma gratuita no concelho, promovida pelo Município de Vila de Rei, apesar de se concluir que a oferta é maior que a procura nestas valências contudo o número reduzido de crianças a frequentar a Creche e o Jardim de Infância “Os Patuscos” face à capacidade instalada também se deve ao facto de existirem as mesmas respostas de forma gratuita no concelho de Vila de Rei.

Durante os últimos seis anos letivos pode-se verificar a seguinte frequência de crianças em Creche e em Pré-escolar:



Ano Letivo	Número Total de Crianças Creche	Número Total de Crianças Pré-escolar	Número Total de Crianças em Creche e Pré-escolar
2016/2017	13	20	33
2017/2018	22	19	41
2018/2019	19	22	41
2019/2020	16	22	38
2020/2021	17	22	39
2021/2022	21	19	40
2022/2023	26	13	39
2023/2024	24	14 Valência encerrada a 30/06/2023	38 até 30/06/2023 24 a partir de 30/06/2023 a 31/12/2023

No ano 2023 a valência de Creche continua a ser abrangida pela rede de creches gratuitas no âmbito do Programa “Creche Feliz” promovido pelo Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, passando a frequência a ser gratuita para as crianças nascidas desde 01 de setembro de 2021, inclusive, o que continua a contribuir para o aumento do número de crianças na valência creche, contudo ainda não foi suficiente para preencher a capacidade instalada para 34 crianças.

De uma forma global durante o ano 2023 a Creche e o Jardim de Infância “Os Patuscos” possui uma equipa educativa formada por educadoras de infância e auxiliares de ação educativa, que diariamente recebem as crianças e as suas famílias de forma a responder às suas necessidades. As atividades com as crianças são desenvolvidas e planeadas de acordo com o desenvolvimento harmonioso, à sua idade, nível de desenvolvimento e realidade sociocultural do meio em que se inserem e estão de acordo com o projeto educativo. O objetivo principal da Creche e do Jardim de Infância “Os Patuscos” é criar um ambiente próximo com cada criança, sempre com afetividade e carinho, dando assim importância e prioridade às suas rotinas, aos tempos e necessidades das mesmas e em parceria com a família, promover o desenvolvimento global da criança facilitando a sua integração plena na sociedade.



Santa Casa da Misericórdia de Vila de Rei

Relatório de Gestão, Demonstrações Financeiras e Anexo para o Período de 2023

Ao longo do ano foram realizados muitos trabalhos e atividades motoras, plásticas, de culinária, musicais, entre outras.

Para a realização das atividades foi necessário a aquisição constante de material, que na sua maioria é designado por consumíveis como cartolinas, tintas, lápis de cor, cera, marcadores, cola, e outros materiais desta natureza para assim se poder dar continuidade aos projetos pedagógicos e contribuir-se para o desenvolvimento de todas as crianças na aquisição de conhecimentos, sentimentos, aptidões e valores essenciais ao seu crescimento.



4.5. Programa de Emergência Social

A Santa Casa da Misericórdia de Vila de Rei tem Protocolo de Colaboração no âmbito da Convenção da Rede Solidária de Cantinas Sociais com o Instituto da Segurança Social, I.P., tendo-se constituído esta resposta de intervenção no âmbito do Programa de Emergência Alimentar que assegura às pessoas e/ou famílias com maior necessidade garantindo assim o acesso a refeições diárias (almoço e/ou jantar) gratuitas. No ano de 2023 o Programa de Emergência Alimentar apoiou diariamente em média 2 pessoas.

4.6. Serviços Transversais

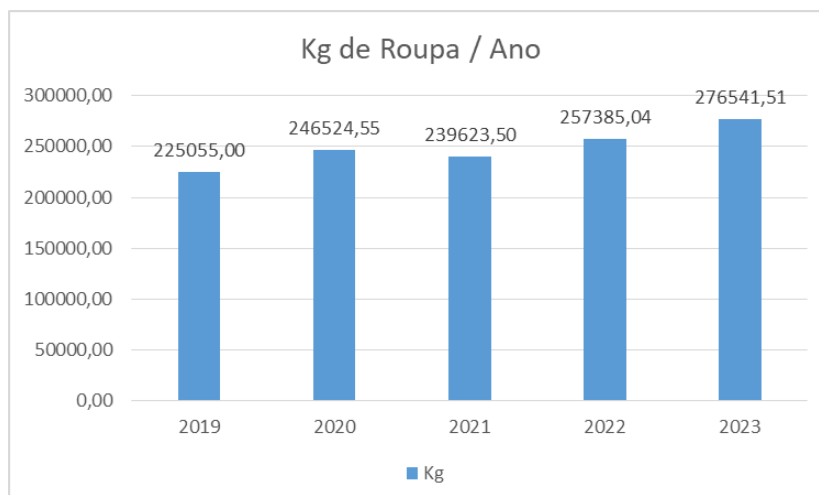
Serviço de Aprovisionamento

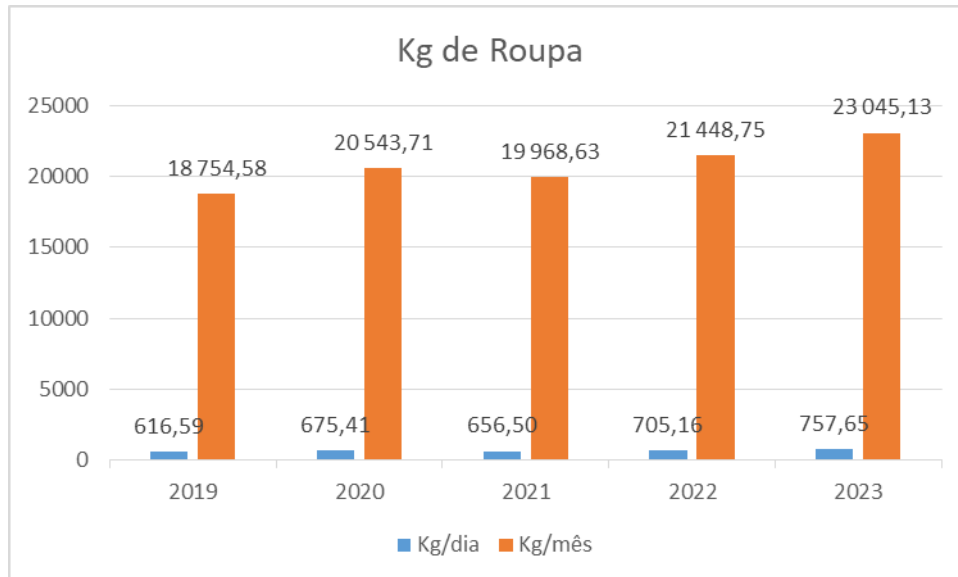
Através do serviço de aprovisionamento procede-se á aquisição dos produtos e serviços com a qualidade necessária para garantir o bom funcionamento de todas as unidades da Instituição e a prestação dos serviços aos Utentes /Clientes.

Continuando a política de contenção orçamental continua-se a estabelecer prioridades nas aquisições, para tal houve a continuidade dos procedimentos implementados para melhor controlo de custos.

Lavandaria

A lavandaria é um serviço de apoio centralizado no âmbito do tratamento de roupas da Instituição e dos Utentes/Clientes. A quantidade de roupa que a Lavandaria tratou durante o ano de 2023 foi de 276541,51 Kg a que corresponde em média mensal de 23045,13Kg e a 757,65 Kg por dia. Verificou-se um aumento da quantidade de roupa lavada relativamente ao ano de 2022 dado que a ampliação da ERPI Centro Geriátrico Nossa Senhora da Esperança entrou em pleno funcionamento conforme se pode verificar nos gráficos abaixo transcritos:





Frota

Os transportes são um serviço de apoio às diversas respostas sociais intervindo no apoio a deslocações designadamente no transporte de Utentes/Clientes a consultas, a atividades, exames médicos, transporte de roupa e de refeições, bem como, o transporte de colaboradores ao fim de semana de e para a Sertã dado nestes dias não haver transporte público a funcionar.

Para o efeito a SCMVR possui uma frota de 14 viaturas.

Importa salientar que a Mesa Administrativa desistiu da candidatura efetuada e aprovada no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência na tipologia da mobilidade verde para aquisição de duas viaturas elétricas para o Serviço de Apoio Domiciliário considerando que a valência do Serviço de Apoio Domiciliário esteve em risco de ser encerrada face ao prejuízo que apresentava.

Cozinha

Atualmente as refeições são confecionadas pela empresa de restauração “ITAU” para todas as unidades da Instituição tendo como responsabilidade a gestão de todo o processo desde a encomenda das matérias-primas, gestão de stocks, confeção e empratamento.

De forma a efetuar um acompanhamento personalizado e específico na alimentação dos utentes/clientes nas ERPI’S mantem-se os serviços de uma nutricionista.



Recursos Humanos

Os recursos humanos constituem um pilar fundamental para o funcionamento da Instituição. É fundamental que os Colaboradores se sintam motivados para o desempenho das suas funções e assim contribuir para sucesso da SCMVR.

De salientar que os recursos humanos da Instituição têm um peso orçamental considerável, onde normalmente não há espaço para negociação para uma eventual redução de custos contudo, e em 2023, houve necessidade de assumir o compromisso de reduzir 15 postos de trabalho pela via da não renovação e revogação do contrato de trabalho contemplado como pressupostos no estudo de viabilidade financeira que foi providenciado para efeitos de apresentação da candidatura ao Fundo de Socorro Social, que foi submetida a 10 de maio de 2023 e aprovada em 27 de outubro de 2023 pela Exma. Sra. Ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social com a atribuição de um subsídio no valor de 500.000,00€.

Dos 15 postos de trabalho encontra-se apenas em falta a redução de dois postos de trabalho prevendo a conclusão deste processo durante o primeiro quadrimestre de 2024.

Face ao exposto continua a ser essencial e crucial fazer-se uma gestão criteriosa e eficiente dos recursos humanos existentes.

Durante o decurso do ano de 2023 a Instituição continuou a primar pela disponibilização de ações de formação tendo sido algumas realizadas em contexto de trabalho recorrendo a recursos próprios da Instituição, outras recorrendo a formação via on-line através de plataformas digitais para o efeito, e outras de forma presencial tendo sido possível dar formação nas seguintes áreas:

- RVCC área da Geriatria;
- Aplicação ChildDiary Webinars;
- Agenda de trabalho Digno 2023, alterações ao Código do Trabalho;
- WinGSL: Processamento de Salários;
- Curso de Especialização WinUTE: Gestão de Utentes;
- Produtos de Apoio - Promoção da Autonomia – Terapia Ocupacional;
- HACCP – Boas práticas (ainda sem certificado);
- Elaboração de plano atividades – animação (colegas não entregaram certificados).



O número médio de Colaboradores ao longo do ano de 2023 foi de 249 Colaboradores.

Acolhimento a pessoas refugiadas da Ucrânia

A Santa Casa da Misericórdia de Vila de Rei aderiu ao apelo da União das Misericórdias Portuguesas para acolher cidadãos ucranianos em busca de proteção, contribuindo assim para prestar apoio numa situação de absoluta crise humanitária. Assim a Instituição acolheu quatro famílias durante o ano de 2022, perfazendo um total de oito cidadãos, dois dos quais crianças. A Instituição diligenciou o necessário para efetuar o seu acolhimento desde o acompanhamento e apoio na obtenção da autorização temporária de residência junto das entidades competentes para o efeito, acompanhar a sua integração na comunidade, na escola, na saúde, no mercado de trabalho. Foi criado um centro de custos exclusivamente dedicado a todas as despesas tidas no âmbito do acolhimento aos cidadãos ucranianos o qual ascende ao valor de 5.929,57€.

5. RELATÓRIO DO PLANO DE AÇÃO 2023

5.1. Caracterização da Santa Casa da Misericórdia de Vila de Rei

A Santa Casa da Misericórdia de Vila de Rei (SCMVR) desenvolve a sua atividade através de cinco respostas sociais através de diversos equipamentos designadamente a ERPI de Santo António, ERPI Casa do Idoso, ERPI Centro Geriátrico Nossa Senhora da Esperança, Serviço de Apoio Domiciliário, Cantina Social, Unidade de Cuidados Continuados Integrados Rainha D. Leonor e Creche e Jardim de Infância “Os Patuscos”. Todos os equipamentos mencionados funcionam com recurso a serviços de suporte nomeadamente administrativos, lavandaria, externos, cozinha e serviços religiosos. Existe ainda um conjunto de prestação de serviços que visam garantir a todos o acesso a um conjunto de bens e serviços de forma a proporcionar uma melhor qualidade de vida aos utentes/clientes bem como aos colaboradores da Instituição.

5.2. Caracterização da capacidade das respostas sociais

Respostas Sociais	Capacidade	Vagas Protocoladas (ISS/ARS)	Nº Utentes a frequentar (1) (Dez.2023)
ERPI Santo António	60	60	60



ERPI Casa do Idoso	49	38	49
ERPI CGNSE	117	87	117
UCCIRDL	68	68	68
Creche “Os Patuscos”	34	34	24
SAD	70	51	35
PEA	6	6	2

Fig.1 Respostas Sociais da SCMVR

(1) Considerou-se os dados a dezembro de 2023

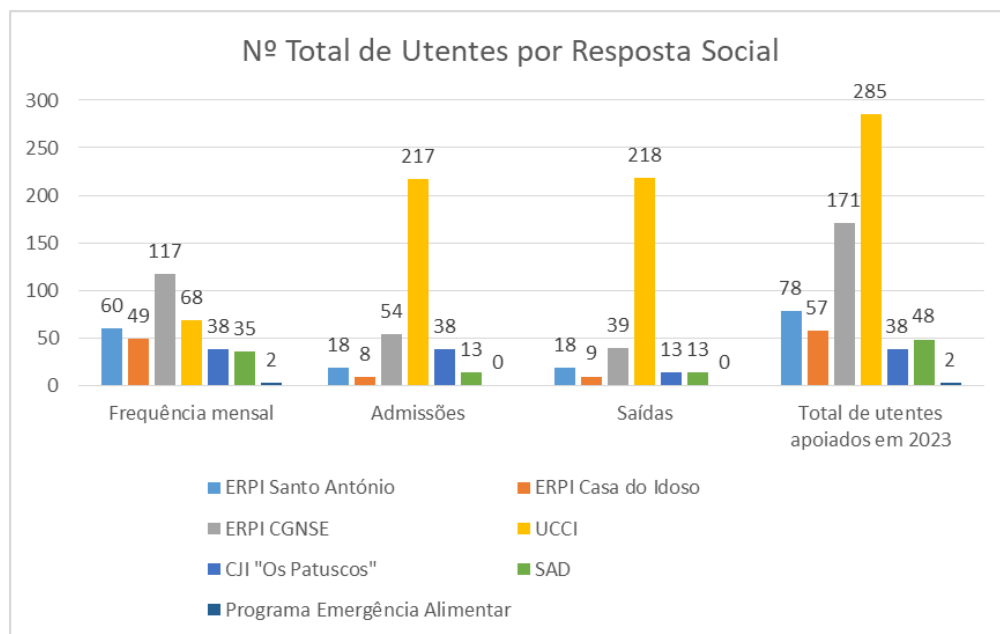


Gráfico 1. Número Total de Utentes/Clientes por Resposta Social

Relativamente ao número total de utentes/clientes por resposta social considerou-se o número de crianças inscritas para o ano letivo 2022/2023 na Creche e Jardim de Infância “Os Patuscos” e no Serviço de Apoio Domiciliário considerou-se o número médio de utentes/clientes que frequentaram aquela resposta social. Durante o ano de 2023, entre entradas e saídas, apoiou-se um total de 679 utentes/clientes tendo tido um número médio de 339 utentes/clientes durante o período em referência.



5.3.

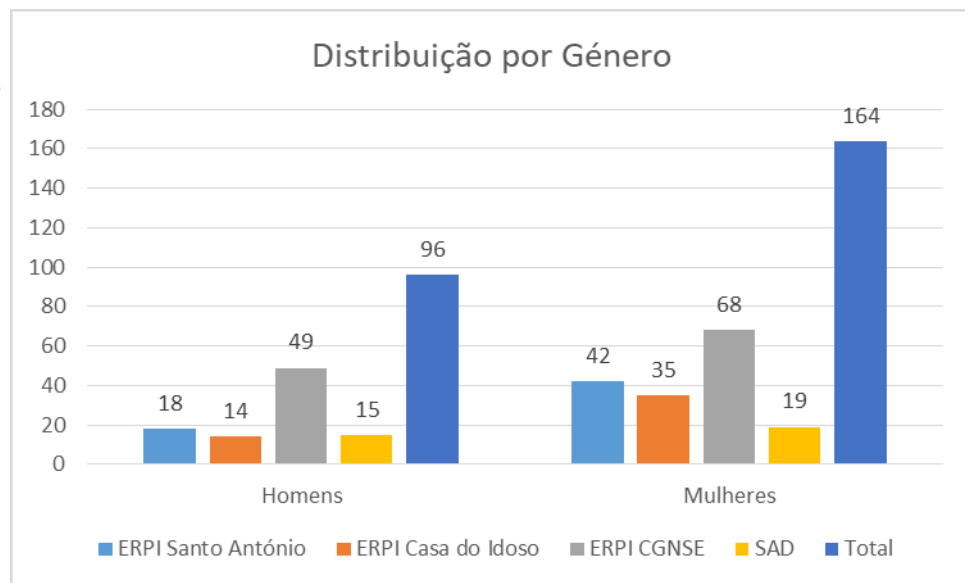


Gráfico 2. Número médio mensal de Utentes/Clientes por Resposta Social

Verifica-se que em todas as respostas sociais de ERPI e de SAD prevalece o género feminino.

5.4. Caracterização da Faixa Etária dos Utentes de ERPI'S e SAD da Santa Casa da Misericórdia de Vila de Rei

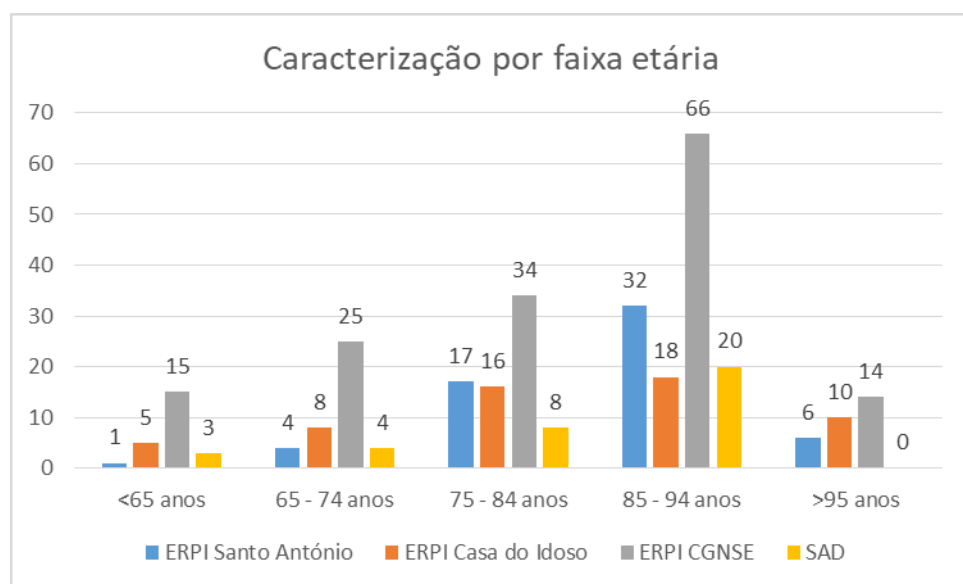


Gráfico 3. Idades dos Utentes/Clientes por Resposta Social de ERPI'S e SAD

Podemos verificar que o intervalo etário com maior relevância nas ERPI'S e SAD incide sobre a faixa etária entre os 85 e os 94 anos.



5.5. Caracterização da situação de dependência dos utentes da SCMVR

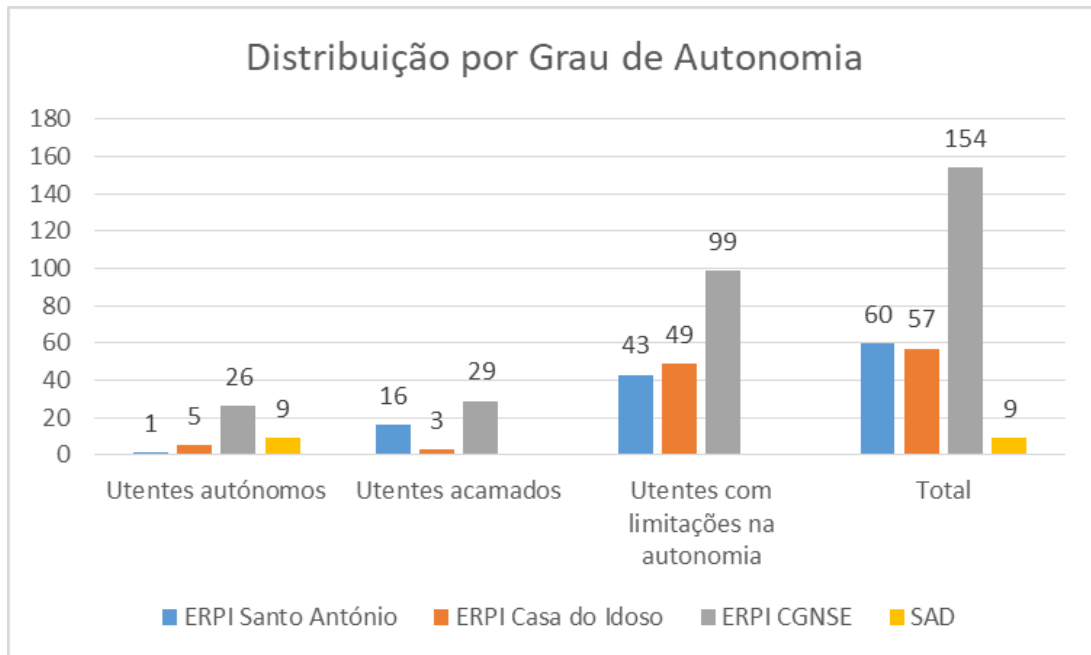


Gráfico 4. Distribuição por Grau de Autonomia

Verifica-se que a grande maioria dos utentes das diferentes respostas sociais de ERPI e SAD possuem algum tipo de limitação na autonomia. Uma das principais preocupações da SCMVR é, e será sempre, poder apoiar todos os utentes/clientes, indo ao encontro das suas expectativas e necessidades.

5.6. Caracterização dos atendimentos e inscrições para Estrutura Residencial para Pessoas Idosas na SCMVR

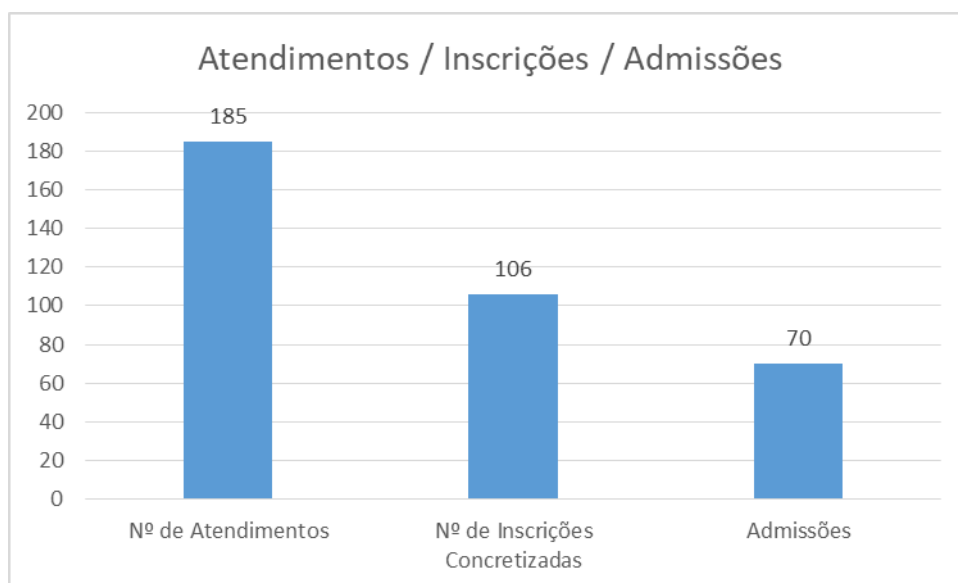


Gráfico 5. Atendimentos, Inscrições e Admissões em ERPI'S



Santa Casa da Misericórdia de Vila de Rei

Relatório de Gestão, Demonstrações Financeiras e Anexo para o Período de 2023

Durante o ano de 2023 efetuaram-se 185 atendimentos dos quais formalizaram-se 106 inscrições.

Durante o ano de 2023 concretizaram-se 70 admissões em ERPI.

Em dezembro de 2023, na sequência de atualização encontravam-se 175 pessoas inscritas para integrar a resposta social de ERPI.



6. Monitorização e Avaliação do Plano de Ação 2023

EIXO I: Gestão e Sustentabilidade

Objetivo Estratégico: Assegurar o equilíbrio económico e financeiro da SCMVR

Objetivos Operacionais	Indicadores	Meta	Avaliação Final		
			Taxa de cumprimento	Desvio (à meta)	Análise Crítica
Garantir uma boa execução Orçamental	% de cumprimento Orçamento	≤ 5% de desvio Orçamental	100	+24,25%	Na globalidade na taxa de recebimento verificou-se um desvio positivo de 24,25% relativamente à meta considerada
Receber a totalidade da faturação	Taxa de recebimento da faturação	≥ 95% de taxa de recebimento	100%	+4,45%	Na globalidade na taxa de recebimento verificou-se um desvio positivo de 4,45% relativamente à meta considerada
Alienar imóveis urbanos e rústicos propriedade da SCMVR	N.º de imóveis alienados	≥ 1 Imóvel	0%	0%	Não se alienou nenhum imóvel
Dinamizar ações de captação de recursos	N.º de ações de captação de recursos realizadas	≥ 2 Ações	100%	0%	Publicitação das nossas atividades na página da Instituição
Aumentar a Irmandade da SCMVR	N.º de novos Irmãos	> 10 Novos Irmãos	0%	0%	Não se admitiu novos irmãos em 2023
Aumentar o rácio de cobrança das Quotas	% de aumento	≥ 5% de aumento neste indicador face ao ano transato	75,8%	-24,2%	No ano de 2023 os recebimentos de quotas foram inferiores aos recebimentos do ano 2022 em 20,4%
Realizar reuniões da Mesa	N.º de Reuniões da MA	≥ 12 reuniões da MA	100%	+91,67%	A Mesa Administrativa da SCMVR



Administrativa da SCMVR	realizadas durante o ano				realizou 23 reuniões
Realizar reuniões do Conselho Fiscal da SCMVR	N.º de Reuniões do Conselho Fiscal realizadas durante o ano	≥ 2 reuniões do Conselho Fiscal	100%	0%	O Conselho Fiscal da SCMVR realizou 2 reuniões
Realizar reuniões da Assembleia Geral	N.º de Reuniões da Assembleia Geral realizadas durante o ano	≥ 2 reuniões da Assembleia Geral	100%	0%	A Assembleia Geral realizou 2 reuniões
Participar nas atividades, reuniões regionais e nacionais do Secretariado Regional e UMP	Taxa de participação nas reuniões	≥ 75% de taxa de participação	100%	+25%	Os representantes da SCMVR estiveram em todas as reuniões convocadas pela UMP (online e presencial)



EIXO II: Qualidade e Inovação

Objetivo Estratégico: Melhorar no âmbito do processo de Suporte Recursos: Gestão da Manutenção

Objetivos Operacionais	Indicadores	Meta	Avaliação Final		
			Taxa de Cumprimento	Desvio (à meta)	Análise Crítica
Assegurar o cumprimento dos Planos de Manutenção dos Equipamentos e Infraestruturas (Gestão da Manutenção)	Taxa de cumprimento dos Planos de Manutenção dos Equipamentos e Infraestruturas	≥ 80%	100%	+20%	Todos os Planos de Manutenção foram cumpridos
Proceder à conservação e reparação do equipamento básico nas Unidades da SCMVR (Gestão da Manutenção)	Taxa de intervenções face às necessidades de conservação e reparação do equipamento básico	≥ 90% de Intervenções	100%	+3%	Foram cumpridas todas as intervenções face às necessidades
Proceder à conservação e reparação do equipamento de transporte (Gestão da Manutenção da Frota Automóvel)	Taxa de intervenções face às necessidades de conservação e reparação da Frota automóvel	≥ 100% de Intervenções	100%	0%	Foram cumpridas todas as intervenções face às necessidades da frota automóvel
Proceder à conservação e reparação do edificado da SCMVR (Gestão da Manutenção)	Taxa de intervenções face às necessidades de conservação e reparação do edificado da SCMVR	≥ 90% de Intervenções	100%	+10%	Foram cumpridas todas as intervenções face às necessidades



Objetivo Estratégico: Melhorar no âmbito do Processo de Suporte Recursos: HACCP e SSHT

Objetivos Operacionais	Indicadores	Meta	Avaliação Final		
			Taxa de Cumprimento	Desvio (à meta)	Análise Crítica
Assegurar o cumprimento do Sistema de HACCP	N.º de não conformidades identificadas nas Auditorias de HACCP	≤ 15 não conformidades por Auditorias	100%	0%	Realizaram-se 3 auditorias durante o ano 2023 nas seguintes datas: - 20/04/2023 - 11/07/2023 - 26/10/2023 Na análise efetuada verificaram 1 não conformidade
Cumprir o Plano de prevenção no âmbito da Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho	N.º de não conformidades identificadas nas Auditorias de SHT	≤ 5 não conformidades por Auditorias	100%	0%	Realizaram-se 2 auditorias durante o ano 2023 em 20/06/2023 e em 21/12/2023 Na análise efetuada verificaram-se que foram apresentadas oportunidades de melhoria, nomeadamente e na sinalética de espaços e equipamentos.
	N.º de Acidentes de Trabalho (AT) por ano	≤ 12 AT/ano	99,98%	0,02%	Nº Acidentes de Trabalho em 2023: 14



Objetivo Estratégico: Inovar/Melhorar as condições de acolhimento, os serviços prestados e os cuidados disponibilizados aos utentes

Objetivos Operacionais	Indicadores	Meta	Avaliação Crítica		
			Taxa de Cumprimento	Desvio (à meta)	Análise Crítica
Apresentar candidaturas a programas de apoio/financiamento empresariais	N.º Candidaturas apresentadas	≥ 1 Candidaturas	0%	0%	Não houve publicitação de programas de apoio que se adequasse à instituição

Objetivo Estratégico: Implementar melhorias e adotar procedimentos que correspondam às necessidades e expectativas dos intervenientes: Utentes; Familiares; Colaboradores e Parceiros da Instituição

Objetivos Operacionais	Indicadores	Meta	Avaliação Crítica		
			Taxa de Cumprimento	Desvio (à meta)	Análise Crítica
Aumentar o grau de satisfação dos intervenientes	Grau de satisfação dos intervenientes	≥ 60% de satisfação dos intervenientes	0%	0%	Devido à continuidade da reorganização interna das unidades não estavam reunidas as condições para aplicação de inquérito às famílias/responsáveis dos utentes/Clientes de todas as respostas sociais da SCMVR



EIXO III: Melhorar a Comunicação Interna e Externa da SCMVR

Objetivo Estratégico: Melhorar a comunicação e externa da SCMVR

Objetivos Operacionais	Indicadores	Meta	Avaliação Crítica		
			Taxa de Cumprimento	Desvio (à meta)	Análise Crítica
Divulgar as atividades da SCMVR na página do Facebook	Nº de publicações por mês	≥4 Publicações mensais	100%	0%	O objetivo foi cumprido face às publicações que periodicamente se efetua na Pagina

Objetivo Estratégico: Envolver os parceiros nas atividades da SCMVR

Objetivos Operacionais	Indicadores	Meta	Avaliação Crítica		
			Taxa de Cumprimento	Desvio (à meta)	Análise Crítica
Participações nas reuniões do CLAS	Nº de participações nas reuniões	≥1	100%	0%	Os representantes da SCMVR estiveram em todas as reuniões convocadas pelo CLAS



EIXO IV: Investimentos: Equipamentos e Infraestruturas

Objetivo Estratégico: Ampliação da ERPI Centro Geriátrico Nossa Senhora da Esperança

Objetivos Operacionais	Indicadores	Meta	Avaliação Crítica		
			Taxa de Cumprimento	Desvio (à meta)	Análise Crítica
Aquisição de Mobiliário para a Ampliação da ERPI CGNSE	Taxa de Cumprimento do Caderno de Encargos	100%	0%	-100%	Não houve condições económicas para o efeito



Objetivo Estratégico: Melhorar a Gestão de Equipamentos e Infraestruturas

Objetivos Operacionais	Indicadores	Meta	Avaliação Crítica		
			Taxa de Cumprimento	Desvio (à meta)	Análise Crítica
Alteração das Casas de Banho na ERPI Santo António	Taxa de Cumprimento do Caderno de Encargos	100%	30%	-70%	A Meta não foi atingida porque não foi possível intervencionar e concluir na totalidade das casas de banho da ERPI de Santo António
Instalação do Sistema Solar de aquecimento das águas sanitárias da ERPI de Santo António	Taxa de Cumprimento do Caderno de Encargos	100%	0%	-100%	A Meta não foi atingida devido a não ter havido nenhum programa a candidatar para o efeito.
Substituição de iluminação por Luminárias do tipo LED	Taxa de Cumprimento do Caderno de Encargos	100%	0%	-100%	A Meta não foi atingida devido a não ter havido nenhum programa a candidatar para o efeito.
Substituição do Sistema de Campainhas na ERPI de Santo António	Taxa de Cumprimento do Caderno de Encargos	100%	0%	-100%	A Meta não foi atingida por haver limitações financeiras



EIXO V: Recursos Humanos

Objetivo Estratégico: Aumentar as qualificações profissionais dos colaboradores da Instituição

Objetivos Operacionais	Indicadores	Meta	Avaliação Crítica		
			Taxa de Cumprimento	Desvio (à meta)	Análise Crítica
Aumentar as competências e qualificações de acordo com as necessidades dos colaboradores da SCMVR	Taxa de Cumprimento do Plano Anual de Formação	≥ 50% do Cumprimento do Plano Anual de Formação	36%	-64%	A Meta não foi atingida por haver limitações na concretização das formações
	Taxa de participação nas formações dos colaboradores da SCMVR	≥ 50% Participação nas formações dos colaboradores da SCMVR	12,24%	-87,76%	A participação na formação realizada foi de 9,7% dos colaboradores.

Objetivo Estratégico: Valorização Pessoal e Motivação das Equipas de Trabalho

Objetivos Operacionais	Indicadores	Meta	Avaliação Crítica		
			Taxa de Cumprimento	Desvio (à meta)	Análise Crítica
Promover estratégias para a coesão da equipa e divulgação da missão institucional	Taxa de participação nas atividades a desenvolver para os colaboradores da Instituição	≥ 75% de participação dos colaboradores nas atividades desenvolvidas	0%	-100%	Não houve condições para concretizar o objetivo
Valorizar individualmente cada colaborador	Nº de felicitações dos aniversários dos colaboradores da SCMVR via postal	≥ 90% de felicitações dos aniversários dos colaboradores da SCMVR	100%	+10%	Todos os colaboradores foram felicitados aquando o seu aniversário



6. POLÍTICA DE GESTÃO DE RISCOS

A Santa Casa, no desenvolvimento das suas atividades correntes, está exposta a uma variedade de riscos financeiros suscetíveis de alterarem o seu valor patrimonial, os quais, de acordo com a sua natureza, se podem agrupar nas seguintes categorias (i) Risco de taxa de juro; (ii) Risco de taxa de câmbio; (iii) Risco de liquidez; (iv) Risco de crédito;(v) Risco de mercado.

A Mesa Administrativa tem estado empenhada e assume a responsabilidade pela definição e controlo das políticas de gestão de risco da Santa Casa, orientadas em função das suas preocupações essenciais.

A exposição da Santa Casa ao risco de taxa de juro advém da existência, no seu balanço, de ativos e passivos financeiros, quer tenham sido contratados a taxa fixa ou a taxa variável. A gestão do risco de liquidez assenta na manutenção de um nível adequado de disponibilidades que permitam não só assegurar o desenvolvimento normal das atividades da Santa Casa como também fazer face a eventuais operações de carácter extraordinário. A este respeito, refere-se que em 2023, a Santa Casa obteve um apoio no âmbito do Fundo de Socorro Social, no valor de 492 milhares de euros, tendo contribuído para a melhoria da sua situação financeira. É de realçar que os sucessivos aumentos do salário mínimo nacional impostos nos últimos anos, tem vindo a criar condições que dificultam o equilíbrio económico e financeiro desta Instituição. Devido a este facto, o risco de liquidez tem vindo a aumentar, apesar de a Mesa Administrativa entender que este ainda se encontra em níveis aceitáveis.

A Mesa Administrativa tem vindo a implementar medidas com o objetivo de melhorar a posição financeira da Instituição. Em 31 de dezembro de 2023 a Instituição evidenciava um passivo corrente de 1.572.864,51 euros, que excedia o ativo corrente em 523.397,21 euros, tendo este o valor de 1.049.467,3 euros. Comparativamente a 31 de dezembro de 2022 verificou-se uma redução no passivo corrente de 625.738,63 euros para 1.572.495,06 euros verificando-se uma redução de 888.446,69 euros na diferença ativo/passivo. Nos resultados líquidos da Instituição verificou-se uma recuperação de 863.539,97 euros, apresentando em 2023 um resultado líquido positivo de 476.571,13 euros contra o prejuízo verificado em 2022 no montante de 386.968,84 euros, situação que evidencia uma evolução muito positiva dos resultados de exploração, mesmo excluindo o efeito dos rendimentos não recorrentes, como seja o apoio à exploração (Fundo de Socorro Social), no valor de 492 milhares de euros. A



Mesa Administrativa espera que as medidas já implementadas contribuirão para manter em bom nível os resultados de exploração e atingir o equilíbrio financeiro desejável.

O risco de crédito resulta da possibilidade de ocorrência de perdas financeiras decorrentes do incumprimento de um cliente/utente relativamente às obrigações contratuais ou extracontratuais estabelecidas no âmbito da sua atividade. A Mesa Administrativa está empenhada na gestão permanente dos clientes/utentes e dos seus saldos em aberto e monitoriza as perdas por incobabilidade. Apesar dos esforços para recuperação das dívidas de utentes, em 2023 foram reconhecidas perdas por imparidade no valor de 43,5 milhares de euros. A Mesa Administrativa entende que uma parte destas perdas poderá ser revertida no futuro, uma vez que os serviços da Instituição estão a desenvolver esforços, designadamente através do contacto com os familiares de alguns utentes e com as Entidades oficiais.

A Mesa Administrativa procura efetuar um planeamento cuidado dos serviços prestados e, está atenta às flutuações de mercado e às novas oportunidades de negócio, e espera que, a procura dos serviços de apoio a idosos continue em muito bom nível, para que possa tirar todo o aproveitamento das estruturas que atualmente tem em funcionamento.

7. APRECIÇÃO E CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando no final de cada ano se faz o balanço do mesmo apercebemo-nos de todo o trabalho desenvolvido, com empenho e dedicação, considerando toda a complexidade organizacional e as condições da Instituição, em que os órgãos de gestão tiveram sempre presente a preocupação, o rigor e a contenção orçamental.

O ano de 2023 continuou a ser manifestamente um ano atípico dado que continuámos a viver a guerra na Ucrânia acrescida do conflito entre Israel e a Palestina, tendo trazido um impacto enorme ao nível dos gastos, voltando a gerar-se um aumento extraordinário dos custos de todos os produtos, bens e serviços necessários para desenvolver toda a atividade da Instituição.

Apesar do ano de 2023 ter sido de grandes dificuldades foi realizado todo um trabalho do qual fazemos um balanço muito positivo. Temos consciência de ter cumprido os objetivos a que nos propusemos, tendo-se trabalhado para uma gestão mais eficiente o que permitiu repor o equilíbrio financeiro da Instituição, designadamente através da aprovação das candidaturas que foram efetuadas e submetidas no âmbito ao PARES 3.0 e ao Fundo Socorro Social, as quais no seu conjunto resultou um valor positivo de cerca de um milhão de euros para a Instituição.



Santa Casa da Misericórdia de Vila de Rei

Retório de Gestão, Demonstrações Financeiras e Anexo para o Período de 2023

Ainda se concluiu a execução das duas centrais fotovoltaicas instaladas na Unidade de Cuidados Continuados Rainha D. Leonor e na ERPI Centro Geriátrico Nossa Senhora da Esperança contribuindo para a redução da despesa com a energia elétrica, reduziu-se os custos com os recursos humanos tal como indicado no estudo de viabilidade económico, continuou-se a fazer uma gestão pela eficiência tendo reduzido os custos de funcionamento o que conjugado com o acréscimo de rendimentos assegurou-se a sustentabilidade e equilíbrio económico financeiro da Santa Casa da Misericórdia de Vila de Rei a médio prazo. Congratulamo-nos com o resultado apresentado verificando-se uma enorme recuperação da situação económica financeira da Instituição conforme se pode confirmar nas Demonstrações Financeiras apresentadas.

Apesar de termos plena consciência dos desafios quotidianos com que a Instituição se depara, consequência direta da conjuntura económico social ao nível mundial, nacional e local encaramos o ano de 2024 com otimismo, pois acreditamos que os investimentos efetuados bem como as estratégias em curso conjuntamente com a continuidade da política de rigor irão continuar a contribuir para a sustentabilidade financeira da Instituição.

Importa ainda expressar a todos os Colaboradores e Órgãos Sociais um voto de louvor pelo seu empenho, dedicação e zelo, contributo fundamental na qualidade dos serviços e cuidados que prestamos aos nossos Utentes/Clientes.

Aprovado em Mesa Administrativa, na sua reunião de 18 de março de 2024,

Maria Irene da Conceição Barata Joaquim
Provedora

Maria Celeste Leitão Rodrigues da Costa
Vice- Provedora

Helena Manuela da Silva Ribeiro da Cruz
Tesoureira

Fernanda Maria Gaspar Matias
Secretária

**Balanço**

Rúbricas	Notas	Período	
		31-12-2023	31-12-2022
Ativo			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	6 ; 7	7.328.900,48	7.511.721,45
Bens do património histórico e cultural	6 ; 8	158.319,43	158.319,43
Investimentos financeiros	9	29.743,56	36.670,12
Subtotal		7.516.963,47	7.706.711,00
Ativo corrente			
Inventários	10	119.310,95	114.981,01
Créditos a receber	6 ; 11	41.409,46	410.222,19
Estado e outros entes públicos	12	34.146,90	40.554,58
Fundadores, associados e membros	6 ; 13	180,00	700,00
Diferimentos	14	5.219,26	6.379,24
Outros ativos correntes	6 ; 15	234.859,92	14.760,46
Caixa e depósitos bancários	5 ; 16	614.340,81	199.161,76
Subtotal		1.049.467,30	786.759,24
Total do Ativo		8.566.430,77	8.493.470,24
Fundo patrimonial e passivo			
Fundo Patrimonial			
Fundos	17	10.215,01	10.215,01
Resultados transitados	6 ; 17	972.215,76	1.359.184,60
Ajustamentos / outras variações do fundo patrimonial	17	1.754.933,81	1.231.907,84
Subtotal		2.737.364,58	2.601.307,45
Resultado líquido do período	17	476.571,13	-386.968,84
Total do fundo patrimonial		3.213.935,71	2.214.338,61
Passivo			
Passivo não corrente			
Financiamentos obtidos	18	3.674.574,27	3.963.144,43
Outros passivos não correntes	6 ; 22	103.056,28	117.384,06
Total do passivo não corrente		3.777.630,55	4.080.528,49
Passivo corrente			
Fornecedores	19	304.737,68	706.491,15
Estado e outros entes públicos	20	92.029,13	140.767,63
Financiamentos obtidos	18	596.843,06	625.965,85
Diferimentos	21	25.634,31	116.834,88
Outros passivos correntes	6 ; 22	555.620,33	608.543,63
Total do passivo corrente		1.574.864,51	2.198.603,14
Total do passivo		5.352.495,06	6.279.131,63
Total do fundo patrimonial e do passivo		8.566.430,77	8.493.470,24



Rúbricas	Notas	Período	
		2023	2022
Vendas e serviços prestados	23	4.492.541,10	3.927.653,27
Subsídios, doações e legados à exploração	24	2.293.770,94	1.440.354,42
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	10 ; 25	-454.744,77	-423.671,87
Fornecimentos e serviços externos	26	-1.407.419,16	-1.399.501,01
Gastos com o pessoal	27	-4.070.864,02	-3.678.976,81
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	28	-46.153,80	
Outros rendimentos	29	106.877,13	108.782,92
Outros gastos	30	-11.110,22	-22.396,89
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		902.897,20	-47.755,97
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	31	-247.955,27	-256.652,24
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		654.941,93	-304.408,21
Juros e gastos similares suportados	32	-178.370,80	-82.560,63
Resultado antes de impostos		476.571,13	-386.968,84
Imposto sobre o rendimento do período			
Resultado líquido do período	17	476.571,13	-386.968,84

**Demonstração fluxos de caixa**

Descrição	Notas	Período	
		45291	44926
Fluxos de caixa das atividades operacionais - método direto			
Recebimentos de clientes e utentes		4.664.795,14	3.862.465,65
Recebimento de subsídios		2.112.829,97	1.460.593,85
Pagamentos a fornecedores		-2.572.229,79	-1.853.547,38
Pagamentos ao pessoal		-3.234.383,65	-2.797.405,49
Caixa gerada pelas operações		971.011,67	672.106,63
Pagamento / recebimentos do imposto sobre o rendimento			
Outros recebimentos / pagamentos		-661.380,62	-437.969,65
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		309.631,05	234.136,98
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		-36.858,47	-41.371,67
Investimentos financeiros		-3.959,97	-13.870,14
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis			93.362,00
Investimentos financeiros		10.160,23	10.337,11
Subsídios ao investimento		531.755,69	5.950,00
Fluxos de caixa das atividades de investimentos (2)		501.097,48	54.407,30
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos			1.361.177,98
Doações		12.652,48	12.550,27
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		-218.507,91	-1.671.725,37
Juros e gastos similares		-189.694,05	-85.111,48
Outras operações de financiamento		-11.323,25	
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)		-395.549,48	-383.108,60
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		415.179,05	-94.564,32
Efeitos das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período	5	199.161,76	293.726,08
Caixa e seus equivalentes no fim do período	5	614.340,81	199.161,76



DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES DOS FUNDOS PATRIMONIAIS 2023

Descrição	Notas	Fundo Patrimonial	Resultados transitados	Outras variações do fundo social	Resultado líquido do período	Total	
Posição em 31 de dezembro de 2022	1	6	10.215,01	1.359.184,60	1.231.907,84	-386.968,84	2.214.338,61
Alterações no período							
Aplicação do resultado de 2022		18		-386.968,84		386.968,84	
Outras variações 2022							
Reconhecimento de subsídios ao investimento		18			531.990,70		531.990,70
Imputação aos outros rendimentos dos subsídios ao investimento		18			-37.171,07		-37.171,07
Doações - Reconhecimento		18			28.395,64		28.395,64
Doações - Imputação aos rendimentos		18			-189,30		-189,30
Sub - total	2			-386.968,84	523.025,97	386.968,84	523.025,97
Resultado líquido do período de 2023	3	18			476.571,13	476.571,13	
Resultado integral					476.571,13	476.571,13	
Operações com detentores do capital próprio							
Posição no fim do período de 2023	4=1+2+3	18	10.215,01	972.215,76	1.754.933,81	476.571,13	3.213.935,71



DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES DOS FUNDOS PATRIMONIAIS 2022

Descrição	Notas	Fundo Patrimonial	Resultados transitados	Outras variações do fundo social	Resultado líquido do período	Total	
Posição em 31 de dezembro de 2021	1	6	10.215,01	1.715.489,34	1.247.940,18	-356.304,74	2.617.339,79
Alterações no período							
Aplicação do resultado de 2021							
Outras variações 2022							
Reconhecimento de subsídios ao investimento							
Imputação aos outros rendimentos dos subsídios ao investimento							
Sub - total	2						
Resultado líquido do período	3	18					
Resultado integral							
Operações com detentores do capital próprio							
Posição no fim do período de 2022	4=1+2+3	6 e 18	10.215,01	1.359.184,60	1.231.907,84	-386.968,84	2.214.338,61



ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1 IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

Designação da entidade: Santa Casa da Misericórdia de Vila de Rei, com o número de identificação de pessoa coletiva 501885196.

Sede: Rua Abílio Santos, n.º 5, 6110-244, Vila de Rei

Natureza da atividade

A Santa Casa da Misericórdia de Vila de Rei é uma pessoa coletiva de direito privado, sem fins lucrativos, constituída em 1581.

O fundo patrimonial da instituição é de 10.215,01 euros.

Tem por atividade principal atividades de apoio social para pessoas idosas, com alojamento a que corresponde o CAE 87301, desenvolvendo ainda as respostas sociais de creche, pré-escolar (encerrado em julho), apoio domiciliário, cantina social, rede de cuidados continuados e prática de atos de culto católico.

A Mesa Administrativa entende que estas demonstrações financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada as operações da Instituição, bem como a sua posição e desempenho financeiros e fluxos de caixa.

As demonstrações financeiras que se anexam foram aprovadas pela Mesa Administrativa na reunião de 14/03/2024. Contudo, as mesmas estão ainda sujeitas a aprovação pela Assembleia de Irmãos.

Sempre que não exista outra referência os montantes encontram-se expressos em unidade de euro.

2 REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, republicado pelo decreto-lei 98/2015 de 2 de junho e de acordo com a estrutura concetual, normas contabilísticas e de relato financeiro e normas interpretativas aplicáveis ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020. O sistema de normalização é composto por:

- Bases para a apresentação das demonstrações financeiras (BADF);
- Modelos de demonstrações financeiras (MDF) – Portaria 220/2015 de 24 de julho;



- Aviso n.º 8254/2015, de 29 de julho (Estrutura conceptual);
- Código de contas (CC) - Portaria n.º 218/2015, de 23 de julho;
- Normas contabilísticas e de relato financeiro (NCRF-ESNL) - Aviso n.º 8256/2015, de 29 de julho
- Normas interpretativas (NI).

2.2 Derrogação das disposições do SNC

Não existiram, no decorrer do exercício a que respeitam estas demonstrações financeiras, quaisquer casos excecionais que implicassem a derrogação de qualquer disposição prevista pelo normativo NCRF-ESNL.

3 ADOÇÃO PELA PRIMEIRA VEZ DAS NCRF EM VIGOR

A adoção da NCRF-ESNL nos termos definidos no Aviso n.º 8259/2015 de 29 de julho, ocorreu pela primeira vez em 2016.

As Demonstrações Financeiras de 2023 foram preparadas e aprovadas, de acordo com as disposições em vigor em Portugal, em conformidade com o Decreto-Lei nº 158/2009, de 13 de julho, republicado pelo Decreto-Lei nº 98/2015, de 2 de junho e de acordo com a estrutura conceptual, normas contabilísticas e relato financeiro (NCRF) e normas interpretativas aplicáveis ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

4 POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS

4.1 Bases de apresentação

4.1.1 Continuidade

A Mesa Administrativa procedeu à avaliação da capacidade de a Instituição operar em continuidade, tendo por base toda a informação relevante, factos e circunstâncias, de natureza financeira, comercial ou outra, incluindo acontecimentos subsequentes à data de referência das demonstrações financeiras, disponível sobre o futuro. Em resultado da avaliação efetuada, a Mesa Administrativa concluiu que a Instituição dispõe de recursos adequados para manter as atividades, não havendo intenção de cessar as atividades no curto prazo, pelo que considerou adequado o uso do pressuposto da continuidade das operações na preparação das demonstrações financeiras.

Em 31 de dezembro de 2022 a Instituição evidenciava um passivo corrente de 2.198.603,14 euros, que excedia o ativo correntes em 1.411.843,90 euros. Em 31 de dezembro de 2023 a Instituição evidenciava



um passivo corrente de 1.572.864,51 euros, que excedia o ativo corrente em 523.397,21 euros, verificando-se uma melhoria significativa da posição financeira da Instituição em relação ao ano anterior. A Instituição realizou investimentos na ampliação da ERPI Centro Geriátrico Nossa Senhora da Esperança para mais 57 vagas, que entrou em funcionamento no início de 2022. Este facto permitiu um acréscimo de receitas em 2023 e melhoria dos resultados, esperando-se um contributo positivo para os resultados futuros. Desta forma a Mesa Administrativa espera inverter o desequilíbrio acima referido.

4.1.2 Regime do acréscimo (periodização económica)

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos, são registados nas respetivas contas das rubricas “*Outros ativos correntes e Outros passivos correntes*”.

4.1.3 Consistência de apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação, quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante.

4.1.4 Materialidade e agregação

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas com base nas demonstrações financeiras. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

4.1.5 Compensação

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados, exceto quando tal for exigido ou permitido pela NCRF-ESNL.



4.1.6 Informação comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Instituição, as políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito de maneira consistente em toda a Entidade ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- I. A natureza da reclassificação;
- II. A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- III. Razão para a reclassificação.

4.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração

4.2.1 Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis são inicialmente registados ao custo de aquisição ou produção, o qual inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, quando aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer. Os ativos fixos tangíveis são apresentados no balanço pelo respetivo valor líquido de depreciações acumuladas e eventuais perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas e registadas, pelo método das quotas constantes, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, para os ativos fixos tangíveis anteriores à entrada do normativo, as taxas são as definidas na PORTARIA 173/89 de 3 de março (específicas para as IPSS), para os bens com data de aquisição posteriores a esta, são as taxas do Decreto Regulamentar nº 25/2009 de 14 de setembro.

As vidas úteis e método de amortização dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados.

Ativo fixo tangível	Vida útil estimada
Edifícios e outras construções	entre 10 e 50 anos
Equipamento básico	entre 4 e 10 anos
Equipamento de transporte	entre 4 e 8 anos
Equipamento administrativo	entre 3 e 8 anos
Outros ativos fixos tangíveis	entre 4 e 10 anos



Os ativos provenientes de doações e outras operações a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, valor pelo qual estão segurados, valor patrimonial tributário ou valor pelo qual figuravam na contabilidade. Os principais bens referem-se a imóveis, os quais são valorizados ao valor patrimonial tributário à data da aquisição gratuita deduzido de eventuais depreciações entretanto realizadas.

As despesas de manutenção e reparação (dispêndios subsequentes) que não são suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais, são registadas como gastos no período em que são incorridas.

O ganho (ou a perda) resultante da alienação ou abate de um ativo fixo tangível é determinado como a diferença entre o justo valor do montante recebido na transação ou a receber e a quantia líquida de amortizações acumuladas, escriturada no ativo e é reconhecido em resultados no período em que ocorre o abate ou a alienação.

4.2.2 Imparidade de ativos fixos tangíveis

Em cada data de relato é efetuada uma revisão das quantias escrituradas dos ativos fixos tangíveis da Instituição com vista a determinar se existe algum indicador de que os mesmos possam estar em imparidade. Se existir algum indicador, é estimada a quantia recuperável dos respetivos ativos (ou da unidade geradora de caixa) a fim de determinar a extensão da perda por imparidade (se for o caso).

A quantia recuperável do ativo (ou da unidade geradora de caixa) consiste no maior de entre (i) o justo valor deduzido de custos para vender e (ii) o valor de uso. Na determinação do valor de uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados usando uma taxa de desconto que reflita as expectativas do mercado quanto ao valor temporal do dinheiro e quanto aos riscos específicos do ativo (ou da unidade geradora de caixa) relativamente aos quais as estimativas de fluxos de caixa futuros não tenham sido ajustadas.

Sempre que a quantia escriturada do ativo (ou da unidade geradora de caixa) for superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade. A perda por imparidade é registada de imediato na demonstração dos resultados na rubrica de “Perdas por imparidade”, salvo se tal perda compensar um excedente de revalorização registado no capital próprio. Neste último caso, tal perda será tratada como um decréscimo daquela revalorização.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando existem evidências de que as perdas por imparidade reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados na rubrica de “Reversões de perdas por imparidade”. A reversão da perda por imparidade é efetuada até



ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortizações) caso a perda por imparidade anterior não tivesse sido registada.

4.2.3 Bens do património histórico e cultural

Os bens do património histórico e cultural estão registados ao custo deduzido do valor das depreciações acumulada praticadas até 31 de dezembro de 2022. A partir de 2023 deixaram de ser praticas amortizações de acordo com o disposto no ponto 7.16 da norma aplicável à Entidades sem Natureza Lucrativa (SNC/ESNL).

4.2.4 Financiamentos Obtidos

Empréstimos obtidos

Os “*Empréstimo obtidos*” encontram-se registados, no passivo, pelo valor nominal dos Financiamentos. Os “*Encargos financeiros*” são reconhecidos como gastos do período, constando na Demonstração dos Resultados na rubrica “*Juros e gastos similares suportados*”.

Os “*Encargos financeiros*” de “*Empréstimos obtidos*” relacionados com a aquisição, construção ou produção de “*Investimentos*” são capitalizados, sendo parte integrante do custo do ativo. A capitalização destes encargos só inicia quando começam a ser incorridos dispêndios com o ativo e prolongam-se enquanto estiverem em curso as atividades indispensáveis à preparação do ativo para o seu uso ou venda. A capitalização cessa quando todas as atividades necessárias para preparar o ativo para o seu uso ou venda estejam concluídas. Há suspensão da capitalização durante períodos extensos em que o desenvolvimento das atividades acima referidas seja interrompido. Rendimentos que advenham dos empréstimos obtidos antecipadamente relacionados com um investimento específico são deduzidos aos encargos financeiros elegíveis para capitalização.

Locações

Os contratos de locações (leasing) são classificados como:

- Locações financeiras quando por intermédio deles são transferidos, de forma substancial, todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob o qual o contrato é realizado; ou
- Locações operacionais quando não ocorram as circunstâncias das locações financeiras.

De referir que as locações estão classificadas de acordo com a característica qualitativa da “substância sobre a forma”, isto é, a substância económica sobre a forma do contrato.

Os juros decorrentes deste contrato são reconhecidos como gastos do respetivo período, respeitando sempre o pressuposto subjacente do Regime do Acréscimo. Por sua vez os custos diretos iniciais são acrescidos ao valor do ativo (por exemplo: custos de negociação e de garantia).



Não havendo certeza razoável que se obtenha a propriedade, no final do prazo de locação, o ativo é depreciado durante o prazo da locação ou a sua vida útil, o que for mais curto.

Tratando-se de uma locação operacional as rendas são reconhecidas como gasto do período na rubrica de “Fornecimentos e serviços externos”.

4.2.5 Ativos e passivos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento. Este ponto é aplicável a todos “Instrumentos Financeiros” com exceção:

- I. Direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados;
- II. Direitos decorrentes de um contrato de seguro exceto se o contrato de seguro resulte numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem com:
 - i. Alterações no risco segurado;
 - ii. Alterações na taxa de câmbio;
 - iii. Entrada em incumprimento de uma das partes;
 - iv. Locações, exceto se resultar perda para o locador ou locatário como resultado:
 - (i) Alterações no preço do bem locado;
 - (ii) Alterações na taxa de câmbio;
 - (iii) Entrada em incumprimento de uma das contrapartes.

Inventários

Os “Inventários” estão registados ao menor entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. Sempre que o valor de custo é superior ao valor realizável líquido, a diferença é registada como uma perda por imparidade.

A Santa Casa da Misericórdia de Vila de Rei, adota como método de custeio dos inventários o preço de custo médio.

Os inventários que a Instituição detém que se destinam a contribuir para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras ou os serviços que lhes estão associados não estão diretamente relacionados com a capacidade para ela gerir fluxos de caixa, estão mensurados pelo custo histórico ou o custo corrente, o mais baixo dos dois.

Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros

A Instituição processa anualmente as quotas aos irmãos, e na data de relato avalia se são ou não recuperáveis as quotas em dívida e reconhece perdas por imparidade para eventuais quotas com risco de incobrabilidade.



As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de Fundadores / beneméritos / patrocinadores / doadores / associados / membros que se encontram com saldo no final do período, sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade, estão registadas no ativo pela quantia realizável.

Créditos a Receber

Os “Créditos a Receber” encontram-se registados pelo seu custo estando deduzidos no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As “Perdas por imparidade” são registadas na sequência de eventos ocorridos que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente).

Outros ativos e passivos correntes

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de resultados do período.

Os custos de transação só podem ser incluídos na mensuração inicial do ativo ou passivo financeiro, quando mensurados ao custo menos perda por imparidade.

À data de relato a Instituição avalia todos os seus ativos financeiros que não estão mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Havendo evidência objetiva de que se encontra em imparidade, esta é reconhecida nos resultados. Cessando de estar em imparidade, é reconhecida a reversão.

Caixa e depósitos bancários

A rubrica “Caixa e depósitos bancários” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fundos patrimoniais

A rúbrica “Fundos” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os “Fundos patrimoniais” são compostos por:

- I. Fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- II. Fundos acumulados e outros excedentes;



- III. Subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

Fornecedores e outros passivos correntes

As dívidas registadas em “Fornecedores” e “Outros passivos correntes” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

4.2.6 Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber. O rédito reconhecido está deduzido de descontos e outros abatimentos e não inclui IVA e outros impostos liquidados relacionados com a venda.

O rédito proveniente da prestação de serviços é reconhecido com base na percentagem de acabamento da transação/serviço, desde que todas as seguintes condições sejam satisfeitas:

- IV. O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- V. É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a Instituição;
- VI. Os custos incorridos ou a incorrer com a transação podem ser mensurados com fiabilidade;
- VII. A fase de acabamento da transação/serviço pode ser mensurada com fiabilidade.

4.2.7 Subsídios do Governo

Os subsídios do Governo apenas são reconhecidos quando existe uma expectativa razoável de que a Instituição irá cumprir com as condições da sua atribuição e de que estes irão ser recebidos.

Os subsídios do Governo associados à aquisição ou produção de ativos não correntes são inicialmente reconhecidos no capital próprio, sendo subsequentemente imputados numa base sistemática (proporcionalmente às amortizações dos ativos subjacentes) como rendimentos do exercício durante as vidas úteis dos ativos com os quais se relacionam.

4.2.8 Provisões

Periodicamente, a Instituição analisa eventuais obrigações que advenham de pretéritos acontecimentos e dos quais devam ser objeto de reconhecimento ou de divulgação. Assim, a Entidade reconhece uma Provisão quando tem uma obrigação presente resultante de um evento passado e do qual seja provável que, para a liquidação dessa obrigação, ocorra um exfluxo que seja razoavelmente estimado.

O valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação é o montante que a Santa Casa da Misericórdia de Vila de Rei reconhece como provisão, tendo em conta os riscos e incertezas intrínsecos à obrigação.



Na data de relato, as Provisões são revistas e ajustadas para que assim possam refletir melhor a estimativa a essa data.

Por sua vez, os Passivos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, no entanto são divulgados sempre que a possibilidade de existir um exfluxo englobando benefícios económicos não seja remota. Tal como os Passivos Contingentes, os Ativos Contingentes também não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, ocorrendo a sua divulgação apenas quando for provável a existência de um influxo.

4.2.9 Imposto sobre o rendimento

Nos termos da alínea b) do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos deste imposto “*As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas*”.

No entanto o n.º 3 do referido artigo menciona que:

“A isenção prevista no n.º 1 não abrange os rendimentos empresariais derivados do exercício das atividades comerciais ou industriais desenvolvidas fora do âmbito dos fins estatutários, bem como os rendimentos de títulos ao portador, não registados nem depositados, nos termos da legislação em vigor, e é condicionada à observância continuada dos seguintes requisitos:

- a) Exercício efetivo, a título exclusivo ou predominante, de atividades dirigidas à prossecução dos fins que justificaram o respetivo reconhecimento da qualidade de utilidade pública ou dos fins que justificaram a isenção consoante se trate, respetivamente, de Entidades previstas nas alíneas a) e b) ou na alínea c) do n.º 1;*
- b) Afetação aos fins referidos na alínea anterior de, pelo menos, 50% do rendimento global líquido que seria sujeito a tributação nos termos gerais, até ao fim do 4.º período de tributação posterior àquele em que tenha sido obtido, salvo em caso de justo impedimento no cumprimento do prazo de afetação, notificado ao diretor-geral dos impostos, acompanhado da respetiva fundamentação escrita, até ao último dia útil do 1.º mês subsequente ao termo do referido prazo;*
- c) Inexistência de qualquer interesse direto ou indireto dos membros dos órgãos estatutários, por si mesmos ou por interposta pessoa, nos resultados da exploração das atividades económicas por elas prosseguidas.”*

Assim, os rendimentos previstos no n.º 3 do art.º 10 estariam sujeitos a IRC à taxa de 21% sobre a matéria coletável nos termos do n.º 5 do art.º 87, com as exceções previstas nas alíneas a), b) e c) do



n.º 3 do art.º 10.º, exceções que se aplicam à Instituição no exercício em análise relativamente aos rendimentos provenientes das atividades previstas naquele artigo nomeadamente, os relativos às modalidades de assistências medicamentosa, assistência médica e enfermagem e rendimentos prediais.

O imposto sobre o rendimento do exercício, registado na demonstração dos resultados, quando aplicável, corresponde à soma dos impostos correntes. Os impostos correntes são registados em resultados.

O imposto corrente a pagar, quando aplicável, é calculado com base no lucro tributável da Entidade. O lucro tributável pode ser diferente do resultado contabilístico, uma vez que pode excluir diversos gastos e rendimentos que apenas serão dedutíveis ou tributáveis em outros exercícios, bem como gastos e rendimentos que nunca serão dedutíveis ou tributáveis.

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção, de acordo com a legislação em vigor, durante um período de quatro anos. Ou seja, as declarações fiscais da Entidade referente aos anos de 2020 a 2023 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

4.3 Juízos de valor críticos e principais fontes de incerteza associadas a estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados por referência à data de relato com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

Os principais juízos de valor e estimativas efetuadas na preparação das demonstrações financeiras anexas foram os seguintes:

- I. Vidas úteis dos ativos fixos tangíveis;
- II. Análises de imparidade de ativos fixos tangíveis;



- III. Registo de ajustamentos aos valores dos ativos (Clientes, utentes e outros ativos correntes);
- IV. Apuramentos dos subsídios à exploração e ao investimento a receber ou a restituir.

4.4 Especialização de exercícios

A Instituição regista os seus rendimentos e gastos de acordo com o princípio da especialização de exercícios, pelo qual os rendimentos e gastos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento do respetivo recebimento ou pagamento. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos gerados são registadas como ativos ou passivos.

4.5 Acontecimentos subsequentes

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionam informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço (“adjusting events” ou acontecimentos após a data do balanço que dão origem a ajustamentos) são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionam informação sobre condições ocorridas após a data do balanço (“non adjusting events” ou acontecimentos após a data do balanço que não dão origem a ajustamentos) são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materiais.

5 FLUXOS DE CAIXA

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, caixa e seus equivalentes inclui numerário, depósitos bancários imediatamente mobilizáveis (de prazo inferior ou igual a três meses), líquidos de descobertos bancários e de outros financiamentos de curto prazo equivalentes. Caixa e seus equivalentes em 31/12/2023 e em 31/12/2022 detalha-se conforme se segue:

Descrição	Conta	Período	
		2023	2022
Numerário (*)	11	7.927,74	4.882,17
Depósitos à ordem	12	606.413,07	194.279,59
Total		614.340,81	199.161,76



6 POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS

As demonstrações financeiras devem permitir uma análise comparativa com respeito ao período anterior. Com vista ao cumprimento deste objetivo, na elaboração das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2023, houve um esforço para compatibilizar a informação apresentada/divulgada com a informação do período anterior. Em 2023 foram efetuados ajustamentos às rubricas do balanço, designadamente relacionados com: (i) dívidas a receber de utentes, clientes, irmãos e outras entidades; (ii) as rubricas dos ativos fixos tangíveis e património histórico e cultural. Estes ajustamentos tiveram contrapartida na rubrica de Resultados transitados, pelo que, originaram a reexpressão de comparativos, conforme quadro seguinte:

Descrição	Posição em 31-12-2022	Reclassificação	Ajustamentos	Posição em 31-12-2022 Comparativo 2023
Ativos fixos tangíveis	7.484.930,16		26.791,29	7.511.721,45
Bens do património histórico e cultural	172.076,73		-13.757,30	158.319,43
Créditos a receber	438.023,82		-27.801,63	410.222,19
Fundadores, associados e membros	16.093,00		-15.393,00	700,00
Outros ativos correntes	32.616,87		-17.856,41	14.760,46
Outros passivos correntes	727.402,66	-117.384,06	-1.474,97	608.543,63
Resultados transitados	1.405.726,68		-46.542,08	1.359.184,60
Ativo não corrente	7.693.677,01		13.033,99	7.706.711,00
Ativo corrente	847.810,28		-61.051,04	786.759,24
Total do Ativo	8.541.487,29		-48.017,05	8.493.470,24
Outros passivos não correntes		117.384,06		117.384,06
Total do passivo corrente	2.317.462,17	-117.384,06	-1.474,97	2.198.603,14
Total do passivo	6.280.606,60		-1.474,97	6.279.131,63
Total do fundo patrimonial e do passivo	8.541.487,29		-48.017,05	8.493.470,24



7 ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Nos exercícios findos em 31/12/2023 e em 31/12/2022 o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

Descrição	2023						Ativos fixos tangíveis em curso	Total
	Terreno e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis		
Ativos								
Saldo inicial	360.493,25	9.319.810,51	1.092.460,23	204.062,75	174.601,24	303.427,76	11.454.855,74	
Aquisições	2.445,60	43.448,14	7.104,52			12.136,04	65.134,30	
Alienações								
Saldo final	362.938,85	9.363.258,65	1.099.564,75	204.062,75	174.601,24	315.563,80	11.519.990,04	
Depreciações acumuladas e perdas por imparidade								
Saldo inicial		2.272.027,54	1.002.283,20	204.062,75	168.085,34	296.675,46	3.943.134,29	
Depreciações o exercício		211.654,92	29.701,73		3.779,24	2.819,38	247.955,27	
Alienações								
Saldo final		2.483.682,46	1.031.984,93	204.062,75	171.864,58	299.494,84	4.191.089,56	
Ativo líquido	362.938,85	6.879.576,19	67.579,82		2.736,66	16.068,96	7.328.900,48	



Santa Casa da Misericórdia de Vila de Rei

Relatório de Gestão, Demonstrações Financeiras e Anexo para o Período de 2023

2022

Descrição	Terreno e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Ativos fixos tangíveis em curso	Total
Ativos								
Saldo inicial	360.656,04	8.280.057,93	1.085.615,78	204.062,75	171.460,63	303.427,76	1.037.450,47	11.442.731,36
Aquisições		36.522,05	11.706,84		3.140,61		3.226,09	54.595,59
Alienações	-162,79	-24.339,70	-4.862,39					-29.364,88
Transferências		1.027.570,23					1.040.676,56	-13.106,33
Saldo final	360.493,25	9.319.810,51	1.092.460,23	204.062,75	174.601,24	303.427,76		11.454.855,74
Depreciações acumuladas e perdas por imparidade								
Saldo inicial		2.061.622,76	971.214,93	204.427,43	163.300,95	294.508,78		3.695.074,85
Depreciações o exercício		211.865,15	32.891,52		4.784,39	2.166,68		251.707,74
Alienações		-1.460,37	-1.823,25					-3.283,62
Transferências				-364,68				-364,68
Saldo final		2.272.027,54	1.002.283,20	204.062,75	168.085,34	296.675,46		3.943.134,29
Ativo líquido	360.493,25	7.047.782,97	90.177,03		6.515,90	6.752,30		7.511.721,45

Os ativos fixos tangíveis são amortizados de acordo com método das quotas constantes durante as vidas úteis estimadas, referidas no ponto 4.2.2.

A Entidade possui o cadastro dos bens que compõem as rubricas “Ativos fixos tangíveis” e “Bens do Património Histórico e Cultural”. Com referência a 31 de dezembro de 2022, a quantia líquida no cadastro excedia a soma das quantias apresentadas nas rubricas “Ativos fixos tangíveis” e “Bens do Património Histórico e Cultural”, no valor de 13.033,99 euros. Em 2023, esta quantia foi corrigida por contrapartida da rubrica “Resultados transitados”, com reexpressão de comparativos nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

A Mesa Administrativa pretende rever o cadastro de bens, procedendo à inventariação dos bens e sua valorização, designadamente no que concerne aos bens imóveis.



8 BENS DO PATRIMÓNIO HISTÓRICO E CULTURAL

Nos exercícios findos em 31/12/2023 e em 31/12/2022 o movimento ocorrido na quantia escriturada dos bens do património histórico e cultural, bem como nas respetivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

2023			
Descrição	Edifícios e outras construções	Outros ativos	Total
Ativos			
Saldo inicial	247.224,83	11.688,36	258.913,19
Saldo final	247.224,83	11.688,36	258.913,19
Depreciações acumuladas e perdas por imparidade			
Saldo inicial	88.905,40	11.688,36	100.593,76
Depreciações o exercício			
Saldo final	88.905,40	11.688,36	100.593,76
Ativo líquido	158.319,43		158.319,43
2022			
Descrição	Edifícios e outras construções	Outros ativos	Total
Ativos			
Saldo inicial	247.224,83	11.688,36	258.913,19
Saldo final	247.224,83	11.688,36	258.913,19
Depreciações acumuladas e perdas por imparidade			
Saldo inicial	83.960,90	11.688,36	95.649,26
Depreciações o exercício	4.944,50		4.944,50
Saldo final	88.905,40	11.688,36	100.593,76
Ativo líquido	158.319,43		158.319,43



9 INVESTIMENTOS FINANCEIROS - MÉTODO DO CUSTO

Nos exercícios findos em 31/12/2023 e em 31/12/2022 o movimento ocorrido na rubrica “Investimentos financeiros”, foi o seguinte:

Descrição	Período	
	2023	2022
Investimentos noutras entidades		
Caixa Crédito Agrícola Mútuo da Sertã	720,00	705,00
Outros investimentos financeiros		
FCT - Fundos de compensação do trabalho	29.023,56	35.965,12
Total	29.743,56	36.670,12

10 INVENTÁRIOS

Nos exercícios findos em 31/12/2023, 31/12/2022 e 31/12/2021 a rubrica “Inventários”, é detalhada como se segue:

Descrição	31-12-2023	31-12-2022	31-12-2021
Matérias primas			
Café e produtos similares	899,27	1.318,50	1.049,41
Géneros alimentares	8.086,52	6.126,65	2.497,64
Produtos de Higiene e limpeza	17.651,82	17.139,44	24.709,86
Fraldas	10.842,09	7.467,64	7.001,29
Medicamentos	21.750,20	11.768,50	21.594,92
Material clínico	16.461,61	16.738,06	15.414,89
Sub-total	75.691,51	60.558,79	72.268,01
Outros consumíveis			
Gasóleo	1.237,18	4.943,14	1.302,15
Gás propano a granel	2.984,40	10.968,52	12.012,64
Ferramentas e utensílios	22.212,11	18.453,32	21.841,97
Material de escritório	8.060,61	11.525,25	13.325,39
Material de conservação e reparação	1.646,94	1.037,83	1.621,48
Sub-total	36.141,24	46.928,06	50.103,63
TOTAL	111.832,75	107.486,85	122.371,64
Livros "A Misericórdia"	7.478,20	7.494,16	7.590,00
TOTAL	119.310,95	114.981,01	129.961,64

Matérias-primas, subsidiárias e de consumo

Descrição	2023	2022	Variação %	Variação valor
Saldo inicial	107.486,85	122.371,64	-12,16%	-14.884,79
Compras	459.090,67	408.786,88	12,31%	50.303,79
Saldo final	111.832,75	107.486,65	4,04%	4.346,10
Gasto no exercício	454.744,77	423.671,87	7,33%	31.072,90



Livros "A Misericórdia"

Descrição	2023	2022	Variação %	Variação valor
Saldo inicial	7.494,16	7.590,00	-1,26%	-95,84
Ofertas (68)	-15,96	-95,84	-83,35%	79,88
Saldo final	7.478,20	7.494,16	-0,21%	-15,96

11 CRÉDITO A RECEBER

Em 31/12/2023 e 31/12/2022 a rubrica de "Créditos a receber", apresentava a seguinte decomposição:

Descrição	Período	
	2023	2022
Cientes	1.983,61	331.454,03
Utentes valências	82.944,65	78.768,16
Imparidades	-43.518,80	
Total	41.409,46	410.222,19

A faturação da UCCI (A.R.S., Segurança Social e utentes) em anos anteriores era emitida no final do mês a que dizia respeito. Em 2023, por questões operacionais, a faturação passou a ser emitida no início do mês seguinte. Assim, em 31 de dezembro de 2023 foi reconhecido o correspondente acréscimo de rendimentos referente aos serviços prestados no mês de dezembro, no valor de 177,7 milhares de euros.

Em 2023 e 2022 a rubrica de "Imparidades", foi movimentada conforme quadro seguinte:

Descrição	Período	
	2023	2022
Saldo no início do período		
Aumento no período	43.518,80	
Redução no período		
Saldo no fim do período	43.518,80	

Em anos anteriores foram reconhecidas perdas por imparidade para dívidas de utentes muito antigas no valor de 71 milhares de euros, as quais foram desreconhecidas.



12 ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS (ATIVO)

Nos exercícios findos em 31/12/2023 e em 31/12/2022 a rubrica “Estado e outros entes públicos” apresentava a seguinte decomposição:

Descrição	Período	
	2023	2022
IVA a recuperar	132,26	132,26
Restituições de I.V.A.	34.014,64	40.422,32
Total	34.146,90	40.554,58

13 FUNDADORES, ASSOCIADOS E MEMBROS

Nos exercícios findos em 31/12/2023 e em 31/12/2022 o saldo da conta “Fundadores, associados e membros, apresentava a seguinte decomposição:

Descrição	Período	
	2023	2022
Quotas a receber de Irmãos	22.998,00	20.883,00
Imparidades acumuladas	-22.818,00	-20.183,00
Total	180,00	700,00

Descrição	Período	
	2023	2022
Saldo no início do período	20.883,00	20.883,00
Aumento no período	2.635,00	
Redução no período		
Saldo no fim do período	23.518,00	20.883,00

14 DIFERIMENTOS (ATIVO)

Nos exercícios findos em 31/12/2023 e em 31/12/2022 a rubrica “Diferimentos” apresentava a seguinte decomposição:

Descrição	Período	
	2023	2022
Seguros	3.977,12	3.329,16
Rendas e alugueres	1.242,14	3.050,08
Total	5.219,26	6.379,24



15 OUTROS ATIVOS CORRENTES

Nos exercícios findos em 31/12/2023 e em 31/12/2022, a rubrica “Outros ativos correntes” é assim detalhada:

Descrição	Período	
	2023	2022
Saldos devedores de fornecedores	2.641,91	1.612,43
Devedores por acréscimo de rendimento	231.783,00	12.477,96
Adiantamentos pessoal	200,00	665,20
Outras contas a receber	235,01	4,87
Total	234.859,92	14.760,46

Nos exercícios findos em 31/12/2023 e em 31/12/2022, a rubrica “Devedores por acréscimos de rendimentos” é assim detalhada:

Descrição	Período	
	2023	2022
Verbas respeitantes a acordos cooperação	49.143,42	9.577,96
Faturação UCCI (Serviços mês dezembro)	177.745,71	
Cantinas sociais		575,00
Rendas	2.325,00	2.325,00
Consignação de IRS	1.173,87	
Subsídio de funeral	1.395,00	
Total	231.783,00	12.477,96

A faturação da UCCI (A.R.S., Segurança Social e utentes) em anos anteriores era emitida no final do mês a que dizia respeito. Em 2023, por questões operacionais, a faturação passou a ser emitida no início do mês seguinte. Assim, em 31 de dezembro de 2023 foi reconhecido o correspondente acréscimo de rendimentos referente aos serviços prestados no mês de dezembro, no valor de 177,7 milhares de euros.

16 CAIXA E DEPÓSITOS BANCÁRIOS

Nos exercícios findos em 31/12/2023 e em 31/12/2022, a rubrica “Caixa e depósitos bancários” apresentava a seguinte decomposição:

Descrição	Período	
	2023	2022
Numerário (nota 5)	7.927,74	4.882,17
Depósitos bancários (nota 5)	606.413,07	194.279,59
Total	614.340,81	199.161,76



17 FUNDO PATRIMONIAL

Nos exercícios findos em 31/12/2023 e em 31/12/2022, o “Fundo patrimonial” é detalhado como segue:

Descrição	Período	
	2023	2022
Fundos	10.215,01	10.215,01
Resultados transitados	972.215,76	1.359.184,60
Ajustamentos / outras variações do fundo patrimonial	1.754.933,81	1.231.907,84
Resultado líquido do período	476.571,13	-386.968,84
Total	3.213.935,71	2.214.338,61

Nos exercícios findos em 31/12/2023 e em 31/12/2022, a rubrica “Ajustamentos / outras variações do fundo patrimonial” é detalhada como segue:

Descrição	Período	
	2023	2022
Subsídios ao investimento	1.134.689,63	639.870,00
Doações	620.244,18	592.037,84
Total	1.754.933,81	1.231.907,84
	1.754.933,81	1.231.907,84

Nos exercícios findos em 31/12/2023 e em 31/12/2022, o movimento na rubrica “Subsídios ao investimento” é detalhado como segue:

Descrição	Período	
	2023	2022
Saldo no início do período	639.870,00	655.902,34
Reconhecimento dos subsídios	531.990,70	5.950,00
Imputação aos rendimentos	-37.171,07	-21.982,34
Saldo no fim do período	1.134.689,63	639.870,00

No exercício de 2023 foi reconhecido o subsídio recebido no montante de 500,5 milhares de euros no âmbito do projeto PARES.

Nos exercícios findos em 31/12/2023 e em 31/12/2022, o movimento na rubrica “doações” é detalhado como segue:

Descrição	Período	
	2023	2022
Saldo no início do período	592.037,84	592.037,84
Reconhecimento de doações	28.395,64	
Imputação aos rendimentos	-189,30	
Saldo no fim do período	620.244,18	592.037,84



18 FINANCIAMENTOS OBTIDOS

Nos exercícios findos em 31/12/2023 e em 31/12/2022, a rubrica “Financiamentos obtidos” apresentava a seguinte decomposição:

Descrição	Período			
	2023		2022	
	Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente
Instituições de crédito				
Caixa Geral de Depósitos	71.319,84	564.615,92	71.319,96	635.935,75
Caixa de Crédito Agrícola Mútuo	362.662,41	1.095.352,43	377.153,32	1.161.634,88
Montepio Geral	63.680,81	1.226.082,47	76.515,93	1.279.662,05
Sub-total	497.663,06	2.886.050,82	524.989,21	3.077.232,68
Outros financiadores				
Santa Casa da Misericórdia de Lisboa	99.180,00	788.523,45	100.976,64	885.911,75
Total	596.843,06	3.674.574,27	625.965,85	3.963.144,43

Os pagamentos dos financiamentos obtidos em Instituições de crédito são detalhados como se segue:

Instituições de crédito	Corrente	Não corrente	Total
CGD Jessica 0912.002010.251 (1)	36.897,72	292.106,93	329.004,65
CGD Jessica 0912.002011.251 (1)	34.422,12	272.508,99	306.931,11
CCAM 56062493859 (2)	24.967,03	332.851,55	357.818,58
CCAM 56067172285 (3)	47.695,38	762.500,88	810.196,26
CCAM - Conta corrente caucionada	290.000,00		290.000,00
MG - 274.36.000324-9 (5)	63.680,81	1.226.082,47	1.289.763,28
Total	497.663,06	2.886.050,82	3.383.713,88

Garantias e avales:

1. Hipoteca de 1.000.000,00 € sob imóvel à Caixa Geral de Depósitos;
2. Hipoteca de 500.000,00 € sob imóvel à Caixa Agrícola;
3. Hipoteca de 900.000,00 € sob imóvel à Caixa Agrícola;
4. Garantias associadas ao empréstimo MG - 274.36.000324-9.
 - a. Garantia prestada pelo F.E.I. no montante de 962.500,00 euros
 - b. Hipoteca de 337.500,00 sob imóvel ao M.G;
 - c. Livrança em branco subscrita pelo devedor.



Santa Casa da Misericórdia de Vila de Rei

Relatório de Gestão, Demonstrações Financeiras e Anexo para o Período de 2023

Relativamente ao valor registado em empréstimos não correntes nas Instituições de crédito, cujo vencimento ocorrerá após 31/12/2023 estimam-se os seguintes pagamentos mínimos:

Instituições de crédito	2025 a 2027	Após 2027	Total	Vencimento
CGD Jessica 0912.002010.251 (1)	110.693,16	181.413,77	292.106,93	21-11-2032
CGD Jessica 0912.002011.251 (1)	103.266,36	169.242,63	272.508,99	21-11-2032
CCAM 56062493859 (2)	83.802,86	249.048,69	332.851,55	03-08-2034
CCAM 56067172285 (3)	159.896,18	602.604,70	762.500,88	26-01-2036
MG - 274.36.000324-9 (5)	214.258,19	1.011.824,28	1.226.082,47	30-09-2037
Total	671.916,75	2.214.134,07	2.886.050,82	

Relativamente ao protocolo existente com a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa a estimativa de fluxos registado em não corrente será o seguinte:

Outros financiadores	2025 a 2027	Após 2027	Total
Santa Casa da Misericórdia de Lisboa	297.540,00	490.983,45	788.523,45

19 FORNECEDORES

Nos exercícios findos em 31/12/2023 e em 31/12/2022, a rubrica “Fornecedores”, apresentava a seguinte decomposição.

Descrição	Período	
	2023	2022
Fornecedores c/c	304.737,68	706.491,15
Total	304.737,68	706.491,15

Em 2023 foi recebido o apoio do Fundo de Socorro Social no montante de 492 milhares de euros utilizado para pagamento de dívidas a fornecedores.

20 ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS (PASSIVO)

Nos exercícios findos em 31/12/2023 e em 31/12/2022, a rubrica “Estado e outros entes públicos” apresentava a seguinte decomposição:

Descrição	Período	
	2023	2022
Retenção impostos sobre o rendimento	14.092,43	23.839,70
Imposto sobre o valor acrescentado	1.215,79	2.394,56
Contribuições e quotizações - T.S.U.	76.720,91	113.419,02
FCT/FGCT		1.114,35
Total	92.029,13	140.767,63



21 DIFERIMENTOS (PASSIVO)

Nos exercícios findos em 31/12/2023 e em 31/12/2022 a rubrica “Diferimentos” apresentava a seguinte decomposição:

Descrição	Período	
	2023	2022
Frações autónomas	25.634,31	45.339,97
Apoio extraordinário Segurança social		71.494,91
Total	25.634,31	116.834,88

O apoio extraordinário concedido e pago pela Segurança Social em 2022, imputável ao exercício de 2023, no valor de 71.494,91euros, em 31 de dezembro de 2022 foi apresentado na rubrica do passivo “Diferimentos”. Com referência a 31 de dezembro de 2023, o saldo devedor apurado, resultante da diferença entre os apoios a receber após 31 de dezembro de 2023 (imputáveis ao ano 2023) e os apoios recebidos em 2023 imputáveis a 2024, relativos aos acordos de cooperação, no valor de 49.143,42 euros, foram apresentados nos “Acréscimos de rendimentos”, pelo seu efeito líquido.

22 OUTROS PASSIVOS CORRENTES

Nos exercícios findos em 31/12/2023 e em 31/12/2022, a rubrica “Outros passivos correntes” apresentava a seguinte decomposição:

Descrição	Período			
	2023		2022	
	Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente
Utentes	4.079,50		3.769,24	
Fornecedores de investimentos	11.140,76		13.502,95	
Remunerações a liquidar	535.662,53		545.047,58	
Cofre de utentes		103.056,28		117.384,06
Adiantamento PRR			35.000,00	
Outras contas a pagar	4.737,54		11.223,86	
Total	555.620,33	103.056,28	608.543,63	117.384,06

A conta cofre de utentes, traduz valores à guarda da Instituição pertencentes aos seus utentes, cuja liquidação ocorre normalmente pela utilização deste saldo para pagar mensalidades e/ou despesas de utentes e em alguns casos através do seu reembolso. A dívida da Instituição a favor dos seus utentes, em anos anteriores estava apresentada no passivo não corrente, no entanto, dado que não é exetável que a liquidação de grande parte deste saldo ocorra em 2024, em 31 de dezembro de 2023 passou a ser apresentado no passivo não corrente (com reexpressão de comparativos).

**23 VENDAS E SERVIÇOS PRESTADOS**

Nos exercícios findos em 31/12/2023 e em 31/12/2022, na rubrica “Vendas e serviços prestados” só apresentava a seguinte decomposição:

Descrição	Período		Variação	
	2023	2022	%	Valor
Vendas				
Materiais de consumo		237,85		-237,85
Prestações de serviços				
Quotas dos utilizadores				
Infância e Juventude	13.419,06	38.994,06	-65,59%	-25.575,00
Terceira Idade	2.215.332,23	1.834.970,97	20,73%	380.361,26
Unidade Cuidados Continuados	2.187.511,60	1.993.006,33	9,76%	194.505,27
Quotizações	4.073,00	4.158,00	-2,04%	-85,00
Outras prestações de serviços				
Cantinas Sociais	3.024,00	3.407,50	-11,25%	-383,50
Outros serviços prestados a utentes	33.775,18	24.669,01	36,91%	9.106,17
Receita máquina café	15.700,37	15.354,95	2,25%	345,42
Diferimento frações autónomas	19.705,66	12.854,60	53,30%	6.851,06
Total	4.492.541,10	3.927.653,27	14,38%	564.887,83

24 SUBSÍDIOS À EXPLORAÇÃO

Nos exercícios findos em 31/12/2023 e em 31/12/2022, a rubrica “Subsídios à exploração” apresentava a seguinte decomposição:

Descrição	Período		Variação	
	2023	2022	%	Valor
Instituto da Segurança Social				
ISS.IP - Protocolos	1.758.479,89	1.372.985,82	28,08%	385.494,07
Fundo de Socorro Social	492.138,48			492.138,48
Outros subsídios				
I.E.F.P.	23.576,77	39.189,73	-39,84%	-15.612,96
Município de Vila de Rei	265,00	75,00	253,33%	190,00
I.A.P.M.E.I.		14.224,00		-14.224,00
Subsídios de outras entidades	4.023,42	1.329,60	202,60%	2.693,82
Doações e heranças	15.287,38	12.550,27	21,81%	2.737,11
Total	2.293.770,94	1.440.354,42	59,25%	853.416,52

25 CUSTO DAS EXISTÊNCIAS VENDIDAS E DAS MATÉRIAS CONSUMIDAS

Nos exercícios findos em 31/12/2023 e em 31/12/2022, a rubrica “Custo das existências vendidas e consumidas” apresentava a seguinte decomposição, informação complementada no ponto 10 deste anexo:



Descrição	Período		Variação	
	2023	2022	%	Valor
Matérias-primas e subsidiárias e de consumo	454.744,77	423.671,87	7,33%	31.072,90
Total	454.744,77	423.671,87	7,33%	31.072,90

26 FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

Nos exercícios findos em 31/12/2023 e em 31/12/2022, a rubrica “Fornecimentos e serviços externos” apresentava a seguinte decomposição:

Descrição	Período		Variação	
	2023	2022	%	Valor
Subcontratos	592.820,42	507.137,99	16,90%	85.682,43
Trabalhos especializados	197.802,97	215.208,76	-8,09%	-17.405,79
Honorários	54.299,83	24.957,75	117,57%	29.342,08
Conservação e reparação	109.457,56	86.770,46	26,15%	22.687,10
Serviços bancários	1.656,71	1.761,08	-5,93%	-104,37
Ferramentas e utensílios desgaste rápido	46.184,31	54.170,16	-14,74%	-7.985,85
Material escritório	17.129,27	21.934,13	-21,91%	-4.804,86
Artigos para oferta	193,81	232,31	-16,57%	-38,50
Outros materiais	2.317,72	2.633,63	-12,00%	-315,91
Eletricidade	118.539,22	211.604,61	-43,98%	-93.065,39
Combustíveis viaturas	19.322,50	22.914,85	-15,68%	-3.592,35
Gás	152.321,68	167.016,12	-8,80%	-14.694,44
Água	28.555,86	27.371,72	4,33%	1.184,14
Outros	19,20			19,20
Deslocações e estadas	481,69	336,90	42,98%	144,79
Transporte de mercadorias	1.545,52	303,75	408,81%	1.241,77
Rendas e alugueres	17.153,90	16.108,00	6,49%	1.045,90
Comunicação	12.545,86	12.278,02	2,18%	267,84
Seguros	13.686,41	13.627,66	0,43%	58,75
Contencioso e notariado	1.634,30	1.509,19	8,29%	125,11
Despesas de representação		39,90	-100,00%	-39,90
Outros Serviços	6.985,82	2.300,95	203,61%	4.684,87
Limpeza, higiene e conforto	242,46	119,65	102,64%	122,81
Encargos com utentes	12.522,14	9.163,42	36,65%	3.358,72
Total	1.407.419,16	1.399.501,01	0,57%	7.918,15

A rubrica “Subcontratos” respeita ao fornecimento de refeições por entidade terceira.



27 GASTOS COM O PESSOAL

Nos exercícios findos em 31/12/2023 e em 31/12/2022, rubrica “Gastos com o pessoal” apresentava a seguinte decomposição:

Descrição	Período		Variação	
	2023	2022	%	Valor
Remunerações do pessoal	3.263.783,49	2.975.526,10	9,69%	288.257,39
Compensações e indemnizações	30.351,46			30.351,46
Encargos sobre remunerações	703.908,49	645.887,19	8,98%	58.021,30
Seguros acidentes trabalho	47.366,10	41.997,43	12,78%	5.368,67
Outros gastos com o pessoal	25.454,48	15.566,09	63,53%	9.888,39
Total	4.070.864,02	3.678.976,81	10,65%	391.887,21
Número médio de funcionários	249	254	-1,97%	-5

28 IMPARIDADES DÍVIDAS A RECEBER (PERDAS/REVERSÕES)

No exercício de 2023 foram registadas imparidades no montante 43.518,80 euros respeitante a utentes e 2.635,00 euros respeitantes a quotas dos irmãos, que totalizam 46.153,80 euros.

29 OUTROS RENDIMENTOS

Nos exercícios findos em 31/12/2023 e em 31/12/2022, a rubrica “Outros rendimentos e ganhos” apresentava a seguinte decomposição:

Descrição	Período		Variação	
	2023	2022	%	Valor
Rendimentos suplementares	1.831,48	4.401,48	-58,39%	-2.570,00
Descontos obtidos	11.235,80	11.190,33		45,47
Ganhos em inventários				
Alienação ativos fixos tangíveis		67.280,74		-67.280,74
Correções relativas a períodos anteriores	3.004,16	2.502,27		501,89
Imputações de subsídios ao investimento	37.171,07	21.982,34	69,10%	15.188,73
Restituição de impostos	2.572,55	1.417,72	81,46%	1.154,83
Outros não especificados (*)	51.062,07	8,04		51.054,03
Total	106.877,13	108.782,92	-1,75%	-1.905,79

(*) - Em 2023 foram desreconhecidas dividas a utentes falecidos, não reclamadas, no montante de 40,9 milhares de euros.



30 OUTROS GASTOS

Nos exercícios findos em 31/12/2023 e em 31/12/2022, a rubrica “Outros gastos” apresentava a seguinte decomposição:

Descrição	Período		Variação	
	2023	2022	%	Valor
Impostos	4.159,44	1.766,18	135,50%	2.393,26
Gastos em investimentos não financeiros		13.106,33		-13.106,33
Correções relativas a períodos anteriores	156,31	267,69	-41,61%	-111,38
Quotizações	2.960,00	2.460,00	20,33%	500,00
Donativos		1.400,00		-1.400,00
Outros não especificados	3.834,47	3.396,69		437,78
Total	11.110,22	22.396,89	-50,39%	-11.286,67

31 AMORTIZAÇÕES E REINTEGRAÇÕES DO EXERCÍCIO

Nos exercícios findos em 31/12/2023 e 31/12/2022, os gastos com “Amortizações dos ativos fixos tangíveis” apresentava a seguinte decomposição:

Descrição	Período		Variação	
	2023	2022	%	Valor
Edifícios e outras construções	211.654,92	216.809,65	-2,38%	-5.154,73
Equipamento básico	29.701,73	32.891,52	-9,70%	-3.189,79
Equipamento administrativo	3.779,24	4.784,39	-21,01%	-1.005,15
Outros ativos fixos tangíveis	2.819,38	2.166,68	30,12%	652,70
Total	247.955,27	256.652,24	-3,39%	-8.696,97

32 JUROS E GASTOS SIMILARES SUPORTADOS

Nos exercícios findos em 31/12/2023 e em 31/12/2022, a rubrica “Juros e gastos similares suportados” apresentava a seguinte decomposição:

Descrição	Período		Variação	
	2023	2022	%	Valor
Juros suportados c/financiamentos obtidos	167.702,51	68.313,87	145,49%	99.388,64
Outros gastos e perdas de financiamento	10.668,29	14.246,76	-	-3.578,47
Total	178.370,80	82.560,63	116,05%	95.810,17



33 NÚMERO MÉDIO DE UTENTES

Descrição	2023	2022
Estruturas Residenciais Pessoas Idosas - ERPI	226	214
Serviço de apoio domiciliário	35	33
Creche e Jardim de Infância	24	40
Unidade de Cuidados Continuados - UCCI	68	68
Cantina Social	1	2
Total	354	357

34 PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ATIVOS CONTINGENTES

Não existem quaisquer situações conhecidas, que impliquem o reconhecimento ou divulgação nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2023, relacionados com provisões, passivos e ativos contingentes.

35 PARTES RELACIONADAS

Remunerações dos Órgão Sociais

Durante o exercício de 2023 e 2022, no exercício de outras funções na entidade, o membro da mesa e uma parte relacionada auferiram remunerações no montante de 18.981,89 euros e 34.710.60 euros, respetivamente, a título de Benefícios de curto prazo dos empregados.

36 PROPOSTA DE APLICAÇÃO DO RESULTADO LIQUÍDO DO EXERCÍCIO

A Mesa Administrativa propõe que o Resultado Líquido positivo apresentado no exercício, no montante de 476.571,13 euros, seja transferido para a conta de Resultados Transitados.

37 DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS

A Mesa Administrativa informa que a Instituição não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de novembro.

Dando cumprimento ao estipulado no Decreto nº 411/91, de 17 de outubro, a Mesa Administrativa informa que a situação perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.



38 ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO

Após o encerramento do exercício, e até à elaboração do presente relatório, não se registaram factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas que impliquem ajustamentos ou divulgação.

39 DATA DA APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES PELA MESA ADMINISTRATIVA

A Mesa Administrativa aprovou as demonstrações financeiras em 2023/04/18.

Contabilista certificado	Provedora	Vice-Provedora	Tesoureira	2.ª Secretária
Telma Fonseca C.C. n.º 52187	Maria Irene da Conceição Barata Joaquim	Maria Celeste Leitão Rodrigues da Costa	Helena Manuela da Silva Ribeiro da Cruz	Fernanda Maria Gaspar Matias



1. PROPOSTA DA MESA ADMINISTRATIVA À ASSEMBLEIA GERAL

- 1.1. Que seja aprovado o Relatório de Gestão do Ano de 2023;
- 1.2. Que seja transferido para a conta “Resultados Transitados” o Resultado Líquido do Exercício no valor de 476.571,84 euros (quatrocentos e setenta e seis mil quinhentos setenta um euros e treze cêntimos).

Vila de Rei, 18 de março de 2024

Maria Irene da Conceição Barata Joaquim
Provedora

Maria Celeste Leitão Rodrigues da Costa
Vice- Provedora

Helena Manuela da Silva Ribeiro da Cruz
Tesoureira

Fernanda Maria Gaspar Matias
Segunda Secretária



Santa Casa da Misericórdia de Vila de Rei

Relatório de Gestão, Demonstrações Financeiras e Anexo para o Período de 2023

1. CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS 2023



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATÓRIO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião com Reserva

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da **SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE VILA DE REI** (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2023 (que evidencia um total de 8.566.431 euros e um total de fundos patrimoniais de 3.213.936 euros, incluindo um resultado líquido de 476.571 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações nos fundos patrimoniais e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e anexo às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos da matéria referida na secção "Bases para a opinião com Reserva", as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE VILA DE REI em 31 de dezembro de 2023 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativo ao ano findo naquela data de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

1

Bases para a opinião com Reserva

Apesar da Entidade ter em curso a implementação de medidas com vista concretizar a inventariação dos bens que fazem parte do seu património, ainda não foi possível atualizar o cadastro e proceder ao registo e valorização de todos os seus bens. Este facto é suscetível de influenciar o valor apresentado nas rubricas Ativos Fixos Tangíveis, Bens do Património Histórico e Cultural e Gastos/reversões de depreciação e de amortização, bem como os Fundos patrimoniais. Sobre este assunto alertamos para a divulgação referida na nota 7 do anexo às demonstrações financeiras.

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores



Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Outras Matérias

As demonstrações financeiras da Entidade relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foram auditadas por um outro auditor, que expressou uma opinião modificada sobre essas demonstrações.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da entidade de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.



Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova da auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluímos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas



nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditora obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;

- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATÓRIO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

4

Dando cumprimento aos requisitos legais aplicáveis, exceto quanto aos possíveis efeitos da matéria referida na secção "Bases para opinião com reserva" do relato sobre a auditoria das demonstrações financeiras, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre a Entidade, não identificamos incorreções materiais.

Vila de Rei, 22 de março de 2024


CRUZ MARTINS & ASSOCIADOS, SROC, LDA
Registada na CMVM sob o nº 20161596
Representada por Américo Pereira de Abreu, ROC nº 1944



Santa Casa da Misericórdia de Vila de Rei

Relatório de Gestão, Demonstrações Financeiras e Anexo para o Período de 2023

2. PARECER DO DEFINITÓRIO



SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE VILA DE REI

Instituição Particular de Solidariedade Social

PARECER DO CONSELHO FISCAL

SOBRE O RELATÓRIO DE GESTÃO, DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E ANEXOS DE 2023

No cumprimento da alínea c) do número 1 do artigo 31º dos Estatutos da Santa Casa da Misericórdia de Vila de Rei, o Definitório ou Conselho Fiscal, no exercício das suas competências, submete à apreciação dos Senhores Associados / Irmãos o Parecer sobre o Relatório de Gestão, Demonstrações Financeiras e Anexos de 2023 apresentado pela Mesa Administrativa.

Os elementos do Definitório procederam à análise cuidada do Relatório de Gestão, Demonstrações Financeiras e Anexos de dois mil e vinte e três, devidamente acompanhado pelo Parecer do Revisor Oficial de Contas, emitido por Américo Abreu. Apresenta rendimentos totais de 6.893.189,17 euros, gastos totais de 6.416.618,04 euros e um resultado positivo de 476.571,13 euros. O total de fundos patrimoniais é de 3.213.935,71 euros.

Desta análise resultou a convicção dos Membros deste Órgão de que o Relatório de Gestão, Demonstrações Financeiras e Anexos de dois mil e vinte e três é um documento que expressa devidamente as atividades desenvolvidas pela instituição no ano findo.

Face ao exposto, expressamos o nosso Parecer positivo no sentido de que seja aprovado pela Assembleia Geral da Santa Casa da Misericórdia de Vila de Rei o Relatório de Gestão, Demonstrações Financeiras e Anexos de dois mil e vinte e três.

Vila de Rei, 21 de Março de 2024

João Álvares Barroso de Moura Campino (Presidente)

Rui Manuel Rosa Garcia

Casimiro Marçal Vicente